

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL DOUTORADO**

CLARI SCHUH

**O RECONHECIMENTO DE ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E O
GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NO CONTEXTO DA ADOÇÃO DAS
NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE**

Porto Alegre

2019

CLARI SCHUH

**O RECONHECIMENTO DE ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E O
GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NO CONTEXTO DA ADOÇÃO DAS
NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Contábeis, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer

Porto Alegre

2019

S383r

Schuh, Clari.

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos e o gerenciamento de resultados no contexto da adoção das normas internacionais de contabilidade / por Clari Schuh. – 2019.

77 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Porto Alegre, RS, 2019.

“Orientador: Dr. Clóvis Antônio Kronbauer”.

1. Ativos fiscais diferidos. 2. Gerenciamento de resultados.
3. Tributos sobre lucros. I. Título.

CDU: 657.4

CLARI SCHUH

O RECONHECIMENTO DE ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E O GERENCIAMENTO DE
RESULTADOS NO CONTEXTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Ciências Contábeis.

Aprovada em 28 de maio de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer (Orientador)

Prof. Dr. José Moreno Rojas (Membro externo)

Prof. Dr. Alexandre Feil (Membro externo)

Prof. Dr. Ernani Ott (Membro interno)

Prof. Dr. Francisco Antônio Mesquita Zanini (Membro interno)

RESUMO

Essa pesquisa trata sobre o reconhecimento contábil de ativos fiscais diferidos (AFD), decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais, no contexto da adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS). O objetivo foi analisar o impacto da adoção das IFRS no reconhecimento de ativos fiscais diferidos como prática de gerenciamento de resultados (GR) em empresas brasileiras do Ibovespa. Utilizou-se dados públicos extraídos do banco de dados Economática®, do Laboratório de Finanças e Risco (RiskFinLab) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA USP), e dados disponíveis no *site* da B3. O período de análise compreendeu 2006 a 2017, em função da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil ter ocorrido a partir de 2008, com a implementação de diversas normas contábeis (Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis) a partir de 2010. Para análise dos efeitos da adoção das IFRS no reconhecimento dos AFD, criou-se janelas que caracterizam os períodos pré-implementação, intermediário e pós-implementação das IFRS. Como métrica para gerenciamento de resultado foi utilizado o modelo Jones Modificado, e como procedimento adicional de robustez o modelo de Jones original, para captar melhor o quanto as empresas gerenciam ou não seus resultados. A amostra final foi composta por 81 empresas, resultando em 764 observações. Na análise sobre a origem e natureza dos AFD, notou-se que além dos prejuízos fiscais, 137 designações distintas geraram AFD com base em diferenças temporárias (AFD DT), evidenciando a falta de uniformidade nas publicações, assim como um aumento de 145,1% na quantidade de designações (51 itens para 125 itens) no período pós IFRS, resultando em um aumento nos montantes reconhecidos. Houve ainda um crescimento considerável no desvio padrão dos AFDs no período pós IFRS, evidenciando maior dispersão nos níveis de reconhecimento de AFD. Para verificar o impacto das práticas de GR sobre o reconhecimento dos AFDs, e como tal impacto foi afetado pela adoção dos IFRS, estimou-se modelos por meio do método *Generalized Estimating Equations* (GEE) incluindo termos de interação entre o GR e variáveis *dummy* representando os períodos intermediário e pós implementação dos IFRS. O resultado foi estatisticamente significativo a 10% no período intermediário e pós IFRS nos AFD DT no modelo Jones modificado e ao nível de 5% no modelo Jones, indicando que a sensibilidade dos AFD ao GR é menor no período intermediário e pós IFRS. Ainda, verificou-se uma tendência das empresas em reconhecerem mais AFD, especificamente AFD DT, quando a sua liquidez corrente (LC) é menor. E para o índice ROE há uma tendência das empresas com mais gerenciamento de resultados reconhecerem mais AFD, mais especificamente AFD DT.

Todavia, no período Pós IFRS esta prática diminuiu. Em decorrência dos resultados obtidos pode-se mencionar que a Teoria Institucional dá suporte para o fenômeno estudado, uma vez que houve uma mudança institucional (IFRS), fazendo com que a sensibilidade dos AFDs ao GR diminuiu no período pós IFRS. Por fim, a contribuição da tese está em testar o reconhecimento de AFD com modelos de GR.

Palavras-chave: Ativos fiscais diferidos. Gerenciamento de resultados. Tributos sobre lucros.

ABSTRACT

This research deals with the accounting recognition of deferred tax assets (AFD), resulting from temporary differences and tax losses, in the context of the adoption of the *International Financial Reporting Standards* (IFRS). The objective was to analyze the impact of IFRS adoption on the recognition of deferred tax assets as result management (GR) practice in Brazilian companies in the Ibovespa. Public data extracted from the Economática® database, from the Finance and Risk Laboratory (RiskFinLab) of the University of São Paulo School of Economics, Business and Accounting (FEA USP), and data available on the B3 website were used. The analysis period comprised 2006 to 2017, due to the adoption of international accounting standards in Brazil has taken place since 2008, with the implementation of various accounting standards (Technical Pronouncements issued by the Accounting Pronouncements Committee) from 2010. To analyze the effects of IFRS adoption on the AFD recognition, windows were created which characterize the pre-implementation, intermediate and post-implementation periods of IFRS. As a metric for result management, was used the Modified Jones model, and as an additional robustness procedure the original Jones model, to better capture how well companies manage their results or not. The final sample consisted of 81 companies, resulting in 764 observations. In the analysis regarding the origin and nature of AFD, it was noted that besides the tax losses, 137 distinct designations generated AFD based on temporary differences (AFD DT), showing the lack of uniformity in publications, as well as an increase of 145.1 % in the quantity of assignments (51 items to 125 items) in the post IFRS period, resulting in an increase in the amounts recognized. There was also a considerable increase in the standard deviation of AFDs in the post IFRS period, showing greater dispersion in AFD recognition levels. To verify the impact of GR practices on AFDs recognition, and how such impact was affected by IFRS adoption, models were estimated using the *Generalized Estimating Equations* (GEE) method including terms of interaction between GR and *dummy* variables representing the intermediate and post implementation periods of IFRS. The result was statistically significant at 10% in the intermediate and post IFRS periods in the AFD DT in the modified Jones model and at the 5% level in the Jones model, indicating that the sensitivity of the AFD to GR is lower in the intermediate and post IFRS. Also, there was noted a tendency for companies to recognize more AFD, specifically AFD DT, when their current liquidity (LC) is lower. And for the ROE index there is a tendency of companies with more result management to recognize more AFD, more specifically AFD DT. However, in the Post IFRS period this practice decreased. In consequence of the obtained results it can be mentioned

that the Institutional Theory supports the studied phenomenon, since there was an institutional change (IFRS), causing the sensitivity of the AFDs to the GR decreased in the post IFRS period. Finally, the contribution of the thesis lies in testing AFD recognition with GR models.

Keywords: Deferred tax assets. Results management. Taxes on profits.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos estudos precedentes	23
Quadro 2 - Constructo da pesquisa para alcance dos objetivos	26
Quadro 3 - Variáveis do estudo	29
Quadro 4 - Resumo e conclusões para os resultados da pesquisa	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de itens que originaram AFD de 2006 a 2017	34
Tabela 2 - Estatística descritiva das variáveis do período total	36
Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis no período PRÉ IFRS	38
Tabela 4 - Estatísticas descritivas das variáveis do período intermediário IFRS	38
Tabela 5 - Estatísticas descritivas das variáveis do período PÓS IFRS	39
Tabela 6 - Matriz de correlação das variáveis	40
Tabela 7 - Teste de fator de VIF	43
Tabela 8 - Estimação de modelos de dados em painel com efeitos fixos tendo os residuais do modelo de Jones modificado como variável de interesse principal	44
Tabela 9 - Estimação de modelos de dados em painel com efeitos fixos tendo os residuais do modelo de Jones como variável de interesse principal	45
Tabela 10 - Estimação de modelos de dados em painel por meio de <i>Generalized Estimating Equations</i> (GEE) tendo os residuais do modelo de Jones modificado como variável de interesse principal	47
Tabela 11 - Estimação de modelos de dados em painel por meio de <i>Generalized Estimating Equations</i> (GEE) tendo os residuais do modelo de Jones como variável de interesse principal	48
Tabela 12 - Estimação de modelos de dados em painel por meio de <i>Generalized Estimating Equations</i> (GEE) com Interação tendo os residuais do modelo de Jones modificado como variável de interesse principal	49
Tabela 13 - Estimação de modelos de dados em painel por meio de <i>Generalized Estimating Equations</i> (GEE) com Interação tendo os residuais do modelo de Jones como variável de interesse principal	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFs	Ativos Fiscais
AFD	Ativos Fiscais Diferidos
AFD DT	Ativos Fiscais Diferidos de Diferenças Temporárias
ALAV	Alavancagem
AT	Ativo Total
B3	Brasil, Bolsa e Balcão
BM&Fbovespa	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
END	Endividamento
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
FEA USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
GEE	<i>Generalized Estimating Equations</i>
GR	Gerenciamento de Resultados
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBOVESPA	Índice Bovespa
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IMOB	Imobilizado
INTANG	Intangível
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
PF	Prejuízo Fiscal
RiskFinLab	Laboratório de Finanças e Risco
ROE	Retorno sobre o Patrimônio Líquido
SFAC 1	<i>Statement of Financial Accounting Concepts No. 1</i>
TAM	Tamanho, medido pelo total do ativo
VIF	<i>Variance Inflation Factor</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização do Tema e Problema	12
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Delimitação do Tema	14
1.4 Justificativa e Contribuições	15
1.5 A Tese	16
1.6 Organização do Estudo	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 Teoria Institucional	17
2.2 Harmonização Contábil	18
2.3 Qualidade da Informação Contábil e Gerenciamento de Resultados	19
2.3.1 Qualidade da Informação Contábil.....	19
2.3.2 Gerenciamento de Resultados	20
2.4 Ativos Fiscais Diferidos	22
2.5 Hipóteses do Estudo	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3.1 Classificação da Pesquisa	28
3.2 Coleta e Tratamento de Dados	28
3.3 População e Amostra	30
3.4 Modelos Econométricos	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
4.1 Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos (AFD) no Período Analisado	33
4.2 Estatística Descritiva das Variáveis	36
4.3 Matriz de Correlação das Variáveis	39
4.4 Análise Multivariada	43
4.4.1 Análise com dados em painel	43
4.4.2 Método <i>Generalized Estimating Equations</i> (GEE)	46
4.4.3 Método <i>Generalized Estimating Equations</i> (GEE) Interação	49
4.5 Resumo das Hipóteses e Resultados	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54

REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE A – AMOSTRA DA PESQUISA	65
APÊNDICE B – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS: NATUREZA E MÉDIAS NO PERÍODO ANALISADO	66
APÊNDICE C – TABELA GEE JONES MODIFICADO COM VARIÁVEL ALAV	70
APÊNDICE D – TABELA GEE INTERAÇÃO JONES MODIFICADO COM VARIÁVEL ALAV	71
APÊNDICE E – TABELA GEE JONES COM VARIÁVEL ALAV	72
APÊNDICE F – TABELA GEE INTERAÇÃO JONES COM VARIÁVEL ALAV	73
ANEXO A – MÉTRICAS DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS	74

1 INTRODUÇÃO

Nesse capítulo se apresenta a contextualização do tema e problema; os objetivos; a delimitação do tema; a justificativa e contribuições; a tese e a organização do estudo.

1.1 Contextualização do Tema e Problema

As informações contábeis devem ter o compromisso para com os usuários e com o próprio objetivo da contabilidade, ou seja, fornecer informações econômicas relevantes e úteis para a tomada de decisão. Ao longo do tempo ocorreram mudanças no tipo de usuários, formas de informação e decisão do que é útil ou não para a tomada de decisões econômicas (IUDÍCIBUS, 2015). Igualmente, as demonstrações contábeis são constituídas sob a orientação da NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, com o escopo de prover informações que sejam úteis à tomada de decisão dos usuários. Além disso, estabelece as características qualitativas, com seus respectivos atributos de informações contábeis que tendem a aumentar sua utilidade em relação a benefícios e custos, relevância, confiabilidade, neutralidade, comparabilidade e materialidade (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC, 2011).

No entanto, o objetivo da contabilidade fica afetado pela interferência da legislação tributária (NOURI; ABAOUB, 2014). A relação entre a contabilidade e o fisco é tradicionalmente marcada pela existência de desarmonia, e em alguns casos de notável relevância entre ambas as disciplinas. As causas desta relação problemática estão nos diferentes usuários das informações contábeis que têm objetivos diferentes (ROJAS *et al.*, 2010). Como resultado, a contabilidade fornece informações discrepantes, por utilizar-se de normas contábeis para tratar certas operações e de regras fiscais e legais em outras.

Para regular esta discrepância em meio as normas contábeis e a legislação fiscal, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), nos Estados Unidos, e o *International Accounting Standards Board* (IASB), em nível internacional, emitiram normas para o regulamento do tratamento contábil do imposto sobre lucros e seus efeitos temporários na estrutura patrimonial das empresas e no resultado. No Brasil, esse tema está regulamentado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que editou o Pronunciamento Técnico CPC 32 (2009), o qual objetiva definir sobre o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. Este pronunciamento do CPC teve a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através

da Deliberação CVM nº 599/09 (CVM, 2009), e do Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 1.189/09 (CFC, 2009) que aprovou a NBCTG 32 R4 (CFC, 2017).

Para Fernández, Martínez e Alvarez (2003) a contar desta norma, se nota que as discrepâncias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial são as diferenças temporárias. Essas diferenças temporárias afetam ou podem vir a afetar a apuração dos tributos sobre o lucro, e o reconhecimento de receitas e despesas dão origem aos ativos e passivos fiscais diferidos. Também, os ativos fiscais diferidos podem ter origem: (i) por ocasião de prejuízos fiscais compensáveis em períodos futuros; (ii) pela adoção de diferentes critérios de mensuração de elementos do ativo e do passivo.

As determinações de reconhecimento dos ativos fiscais são interdependentes (RAMÍREZ; ROJAS; TORRES, 2014) e os fatores explicativos podem ser sobrepostos e suas análises evidenciam erros de especificação, determinando resultados espúrios e inconsistentes. Ramírez, Rojas e Torres (2014, p. 174) destacam que “as pesquisas empíricas nesta área caracterizam-se por um aumento contínuo da solicitação de informações relativas às métricas que paralelamente desenvolve um intenso debate acerca da utilidade de informação sobre os ativos ou passivos fiscais diferidos”.

Contudo, existem discussões favoráveis e desfavoráveis sobre o assunto. Jeanjean e Stolowy (2008) evidenciam limitações aos efeitos das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em ambientes informacionais, citando o julgamento e a utilização de informações protegidas pelos gestores, sugerindo práticas de gerenciamento de resultados (LYU *et al.*, 2014).

As IFRS podem proporcionar maior qualidade aos resultados contábeis (ARMSTRONG *et al.*, 2010). No entanto, segundo Ahmed, Neel e Wang (2013), pela flexibilidade da norma podem não contemplar as particularidades informacionais contábeis de cada país, levando as empresas a gerenciarem seus resultados.

Portanto, houve uma mudança institucional, e passou a ser exigida às empresas a adequação às IFRS, provocando mudanças significativas na contabilidade brasileira, principalmente, no sentido de que reflete a desvinculação da contabilidade societária da contabilidade tributária.

A partir do cenário apresentado, a questão de pesquisa é a seguinte: **Qual o impacto da adoção das IFRS no reconhecimento de ativos fiscais diferidos como prática de gerenciamento de resultados em empresas brasileiras de capital aberto do Ibovespa?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é analisar o impacto da adoção das IFRS no reconhecimento de ativos fiscais diferidos como prática de gerenciamento de resultados em empresas brasileiras de capital aberto do Ibovespa.

1.2.2 Objetivos Específicos

Especificamente, o estudo pretende:

- a) examinar a relação do reconhecimento de AFD com a sua natureza;
- b) investigar a relação do reconhecimento dos AFD com a mudança institucional;
- c) investigar a relação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos com o GR; e
- d) verificar a relação do reconhecimento de AFD com os fatores alavancagem, liquidez corrente, liquidez geral, imobilizado, intangível, endividamento, tamanho, lucratividade e retorno sobre o patrimônio líquido.

1.3 Delimitação do Tema

O estabelecimento da escolha de caminhos no decorrer dessa pesquisa se fez necessário. Essa pesquisa estudou o impacto da adoção das IFRS no reconhecimento de ativos fiscais diferidos como prática de gerenciamento de resultados em empresas brasileiras não financeiras do Ibovespa, o período da análise foi de 2006 a 2017.

A Teoria Institucional foi escolhida como teoria de base. Pois a partir de estudos de North (1990) as instituições se compõem como regras de um jogo na sociedade, as regras condicionam o comportamento humano e se classificam em regras formais (regras jurídicas, normativas, contratos, políticas econômicas) e informais (códigos de conduta/padrões de comportamento, valores, convenções, cultura da sociedade) (MACAGNAN, 2013).

Portanto, escolheu-se a Teoria Institucional com o pressuposto das regras formais por se avaliar apropriado ao analisar o impacto da mudança normativa do sistema contábil no reconhecimento de AFD com a prática de GR.

Para investigação da relação do reconhecimento de AFD com GR, optou-se em utilizar os modelos de Jones (1991) e Jones modificado (1995). Para as variáveis de controle escolheu-

se: Alavancagem, Liquidez Corrente, Liquidez Geral, Imobilizado, Intangível, Endividamento, Tamanho, e retorno sobre o Patrimônio Líquido.

1.4 Justificativa e Contribuições

Nas últimas décadas as diferenças entre o resultado (lucro) contábil e o resultado (lucro) apurado para fins fiscais, têm desempenhado um papel significativo nas pesquisas sobre a qualidade da informação (*Earnings Quality*) e sobre a tributação nos lucros das empresas (GRAHAM; RAEDY; SHACKELFORD, 2012).

Igualmente, o GR (*Earnings Management*) também vem sendo estudado ao longo do período, como afirmam Dechow *et al.* (2011). O GR se refere a escolhas contábeis, as quais têm origem nas decisões tomadas pelos gestores com o propósito de influenciar as informações divulgadas nos relatórios fiscais e demonstrações contábeis, conforme explicado por Fields, Lys e Vicent (2001).

Assim, encontram-se na literatura diversas modalidades para verificação de gerenciamento de resultados das empresas, dependendo das motivações envolvidas no processo. Este estudo está focado somente no reconhecimento de ativos fiscais diferidos (AFD) de empresas brasileiras de capital aberto do Ibovespa no período anterior, intermediário e após a implantação das IFRS.

Além disso, qualquer mudança institucional representa uma oportunidade de estudo. No presente caso, a mudança da norma pode implicar mudança importante em relação ao reconhecimento dos AFD, e isto tem importantes implicações em relação a contabilidade societária e fiscal, motivo pelo qual o estudo se justifica.

O estudo difere dos demais (GUPTA, 1995; MILLER e SKINNER, 1998; COVARSI e RAMÍREZ, 2003; GORDON e JOOS, 2004; KRONBAUER e ALVES, 2008; OLIVEIRA, ALMEIDA e LEMES, 2008; KRONBAUER, ROJAS e SOUZA, 2009; KRONBAUER *et al.*, 2010; ROJAS *et al.*, 2010; ANCELES, 2012; MARTINEZ e RONCONI, 2013; GOMES, 2015; FRANÇA, SOUZA e SANDOVAL, 2015; SCHUH *et al.*, 2018) por investigar o reconhecimento de AFD no contexto das empresas que negociam suas ações na B3 e que compõem o Ibovespa, e por testá-lo por meio da utilização de métricas de GR. As pesquisas já realizadas relatam a relação entre o reconhecimento de AFD e indicadores econômicos, de modo a sugerir tal prática com o GR, porém não testam empiricamente esta relação com modelos de GR. Igualmente, estudos com identificação das operações contábeis que originam o reconhecimento dos AFD não foram encontrados no período após a adoção das normas

internacionais, fato importante para análise com a mudança institucional, pois a natureza dos AFD pode ter mudado após a adoção das IFRS. Além disso, o estudo também contribui para discussão dos efeitos da adoção do IFRS no cenário nacional.

No contexto empírico os resultados poderão ser úteis ainda para órgãos reguladores, entes públicos, investidores e demais *stakeholders*, para compreender os motivos que levam as determinações dos gestores no reconhecimento de AFD e seus efeitos, podendo servir como fonte de consulta para o estabelecimento de políticas ou normas relacionadas a temática.

1.5 A Tese

Considerando a contextualização do tema e problema que apresentam mudanças normativas em relação ao reconhecimento de AFD, as IFRS, espera-se que melhore a qualidade da informação e diminua o gerenciamento de resultados nas empresas brasileiras. E ainda, com os objetivos propostos, formula-se a tese de que: **A adoção das IFRS contribuiu para diminuir a relação entre o reconhecimento de AFD e a prática de gerenciamento de resultados nas empresas brasileiras do Ibovespa.**

1.6 Organização do Estudo

O estudo está dividido em 5 capítulos. O capítulo inicial contempla a contextualização do tema e problema de pesquisa; os objetivos; a delimitação do tema; a justificativa e contribuições do estudo e a tese. O segundo capítulo do estudo compreende a base teórica, na qual o estudo se fundamenta. A teoria institucional é abordada de forma conceitual com o pressuposto das regras formais. A seguir trata da harmonização contábil, qualidade da informação e o gerenciamento de resultados. Na sequência versa sobre ativos fiscais diferidos, estudos desenvolvidos na temática a fim de apontar as variáveis já estudadas e as hipóteses.

No terceiro capítulo são desenvolvidos os procedimentos metodológicos, com a amostra, as variáveis do estudo e operacionalização dos modelos econométricos utilizados. O quarto capítulo evidencia os resultados e discussões. E no quinto capítulo as conclusões do estudo. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas e os apêndices e anexo desse estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo apresenta-se a base teórica do estudo, que está organizada em distintas partes, a saber: Teoria Institucional; harmonização contábil; qualidade da informação contábil; gerenciamento de resultados; ativos fiscais diferidos, onde são apresentados resultados de estudos precedentes e apresentado o constructo da pesquisa para alcance dos objetivos.

2.1 Teoria Institucional

As instituições determinam o resultado econômico de uma sociedade (North, 1990), sendo entendidas como as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, os constrangimentos que moldam a interação humana e o comportamento da economia. Essas regras são caracterizadas como: formais (leis e contratos) e informais (condutas, comportamentos, valores e convenções) (NORTH, 1990).

Normas essas que podem influenciar no resultado econômico-financeiro das empresas. Para North (1993) as regras em conjunto definem a estrutura de incentivos das sociedades e especificadamente da economia. Assim, o novo sistema contábil normativo poderá estar implicando na economia da sociedade, seja através de dividendos aos acionistas ou pelo pagamento dos tributos sobre o lucro. Macagnan (2013) enfatiza que as instituições são distintas de um lugar para outro. Assim, com a adoção das IFRS as empresas que atuam no Brasil passam a adotar regras (normas) contábeis que orientam a escrituração dos fenômenos econômicos das mesmas. Isso permite a comparabilidade dos resultados econômicos entre empresas, assim como estabelece novos parâmetros que definem os seus resultados. De acordo com North (1993) as instituições políticas e econômicas são as determinantes fundamentais do desempenho econômico.

A Teoria Institucional proporciona uma lente importante para estudar gerenciamento de resultado e as influências das instituições (LI *et al.*, 2008). O ato de pagar voluntariamente impostos é condicionado pelos valores econômicos, sociais e culturais das nações (BERGMANN, 2002). De tal modo, o cumprimento das obrigações fiscais é afetado por distintos fatores como leis, normas, costumes, valores socioculturais (ALM; KIRCHLEI; MUEHLBACHER, 2012).

Em regra, o processo de mudança institucional é assinalado como sendo constante, vagaroso e sucessivo, ainda que passível de rupturas e descontinuidade (BELL, 2011).

Considera-se que toda alteração nas regras formais e/ou informais afeta os resultados e o comportamento das instituições (NORTH, 1990).

Logo, com a mudança institucional no Brasil, fundamenta-se esse estudo com base na teoria institucional, com o pressuposto de que regras formais influenciam o comportamento da economia.

2.2 Harmonização Contábil

O avanço informacional desvinculado das barreiras do tempo e distância é consequência do crescimento da economia mundial, trazendo adequação das informações contábeis, habitualmente organizadas com aos padrões e práticas locais, aos padrões internacionais. Para Li (2010) a adoção das normas internacionais, proporcionou um dos maiores avanços em relação aos padrões contábeis. Assim sendo, compreendem as “expectativas dos usuários locais e externos, podendo ser utilizadas como bases de medidas ou comparação uniformes” (SCHUH *et al.*, 2018, p. 32).

Para Byard, Li, Yu (2011), Macías e Muiño (2011), e Alali e Foote (2012) a inevitabilidade de harmonização das normas contábeis utilizadas no mundo inteiro veio sobretudo, em decorrência da necessidade de explicar com maior clareza as informações das demonstrações contábeis das empresas. Por conseguinte, consentindo maior nível de comparabilidade entre os resultados obtidos por diferentes empresas, ainda que se encontrem situadas em diferentes países.

No entanto, Nouri e Abaoub (2014) explanam que a contabilidade deixa de atender a sua finalidade influenciada pela legislação tributária. Adicionalmente, Rojas *et al.* (2010) afirmam que os usuários das informações financeiras, tem diferentes interesses, o que causa desarmonia entre a contabilidade e o fisco.

Considerando a discrepância entre os princípios contábeis e a legislação fiscal, o FASB e o IASB emitiram normas para reger o tratamento contábil do imposto sobre lucros e seus efeitos temporários na estrutura patrimonial das empresas e no resultado.

Com a mudança institucional, a adoção das normas internacionais de contabilidade, e consequente busca da uniformização das informações contábeis, diversos organismos contábeis nacionais iniciaram investigações sugerindo a implementação de alternativas frente as IFRS. Schuh *et al.* (2018, p. 32) evidenciam que “a adoção de uma nova linguagem visa melhorar a qualidade da informação contábil e proporcionar maior transparência às informações societárias”. Nesse contexto foram promulgadas a Lei nº 11.638/07 (BRASIL, 2007) e nº

11.941/09 (BRASIL, 2009) que modificam partes da Lei nº 6.404/76, com o intuito de regular a mudança para o novo modelo contábil. O processo de alteração das normas contábeis brasileiras ocorreu pela implantação gradativa a partir de 2008 e compulsória a partir de 2010 dos padrões emitidos pelo *IASB*, denominado como IFRS, os quais estão sendo adotados em mais de 100 países, especialmente por países da Comunidade Europeia.

Logo, houve uma mudança institucional e passou a ser exigido das empresas brasileiras a adequação as IFRS, por meio de um conjunto de normas internacionais de contabilidade, trazendo mudanças significativas, principalmente, no sentido de que refletem a desvinculação entre a contabilidade societária e a contabilidade tributária. O objetivo desse alcance é perpetrar aos usuários maior facilidade e clareza na compreensão das demonstrações e relatórios contábeis. Assim, uma das possibilidades de investigar o procedimento de gerenciamento de resultados se encontra nos denominados Ativos Fiscais Diferidos (RAMÍREZ; ROJAS; TORRES, 2014).

Para Dimitropoulo *et al.* (2013) e Türel (2009) a expectativa é de que a adoção das IFRS possibilite uma evolução na qualidade das informações divulgadas pelas empresas, e uma comparabilidade das empresas (YIP; YOUNG, 2012). Contudo, as respectivas normas podem afetar os níveis de gerenciamento dos resultados. Entende-se que as novas normas contábeis introduzidas no Brasil a partir de 2008 estão trazendo grandes benefícios capazes de inserir o Brasil no contexto internacional. As IFRS no Brasil foram assimiladas pelo CFC que criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2.3 Qualidade da Informação Contábil e Gerenciamento de Resultados

Esta seção aborda sobre a qualidade da informação contábil para a qual existem diversas métricas que capturam diferentes propriedades, entre elas o gerenciamento de resultados, que pode trazer consequências aos relatórios contábeis quanto à sua transparência, influenciando a tomada de decisões dos usuários da informação contábil.

2.3.1 Qualidade da Informação Contábil

A qualidade da informação contábil é especificada pelo FASB (2008a), por meio da sua utilidade para a tomada de decisão (*Statement of Financial Accounting Concepts No. 1 – SFAC 1*). Logo, as demonstrações contábeis precisam fornecer informações úteis para tomada de decisões. Do mesmo modo, relevância e confiabilidade são as principais qualidades que tornam

a informação contábil útil para a tomada de decisão. Sendo que, as informações contábeis relevantes devem ser capazes de auxiliar os usuários a constituir previsões a propósito dos eventos futuros ou a ratificar expectativas. A confiabilidade baseia-se sobre a fidedignidade com que representa o que se propõe representar juntamente com uma garantia para o usuário que ele tem qualidade na representação. Assim, para ser útil, a informação deve ser confiável e relevante (FASB, 2008b). A neutralidade é mais uma qualidade da informação contábil, a escolha entre alternativas de contabilidade deve estar livre de viés para um resultado predeterminado (FASB, 2008b).

No Brasil, o CFC (2011) aprovou a resolução CFC nº 1374/2011, publicada no DOU em 16/12/2011 que aprovou a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, enfatizando que o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, sendo úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

Deste modo, Christensen, Hail, Leuz (2013); Houque *et al.* (2012) e Iatridis (2010) explicam que são distintos os fatores regulatórios que influenciam a qualidade da informação contábil, assim como os padrões de contabilidade de elevada qualidade, a origem do sistema normativo do país (BUSHMAN; PIOTROSKI, 2006; SODERSTROM; SUN, 2007), a extensão do sistema tributário na dimensão do alinhamento entre o lucro contábil e o lucro tributável (HOUQUE *et al.*, 2012; SODERSTROM; SUN, 2007).

Adicionalmente a isso, Dechow, Ge e Schrand (2010) comentam que os fatores que interferem na qualidade dos resultados das empresas são: (i) características da empresa, (ii) práticas de reporte financeiro, (iii) governança e controles, (iv) auditoria, (v) incentivos do mercado de capitais e (vi) fatores externos.

Desta forma, entende-se que além das características da empresa, práticas de governança e fatores regulatórios são fatores que podem influenciar na qualidade da informação, dependendo se a empresa tem ações oportunistas, o que as leva à prática de GR.

2.3.2 Gerenciamento de Resultados

Na literatura encontra-se o termo gerenciamento de resultados como (*earnings management*), suavização de resultados (*income smoothing*), contabilização conservadora para redução de lucros correntes em prol de lucros futuros (*big bath accounting*) e maquiagem de demonstrações contábeis (*window dressing*) (PAULO, 2007). No entanto, as definições mais

encontradas na literatura nacional e internacional são as expostas por Schipper (1989) e Healy e Wahlen (1999). GR é percebido por Schipper (1989, p. 92) como uma “intervenção proposital no processo de evidenciação externa, com a intenção de obter algum ganho privado”. Para Healy e Wahlen (1999, p. 368) o GR ocorre com o intuito de “alterar informações financeiras, ou iludir alguns investidores sobre o desempenho econômico da companhia, ou para influenciar resultados contratuais que dependam dos números contábeis informados”.

Revisando pesquisas realizadas com amostras de empresas sediadas no Brasil foi possível identificar as seguintes: Domingos, Lima e Ponte (2013) investigaram se as companhias listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) gerenciam resultados. Constataram que as empresas utilizam as contas: Despesa com Depreciação, Outras Receitas Operacionais, Ajustes de Avaliação Patrimonial e Provisões de Curto Prazo para gerenciar os resultados contábeis visando reduzir a variabilidade do lucro.

Joia e Nakao (2014) verificaram se houve mudança nos níveis de gerenciamento de resultados após 2010 e se foi em função da adoção completa de IFRS pelas companhias brasileiras de capital aberto (com exceção das instituições financeiras). Constataram que empresas maiores e com maior proporção de capital próprio tendem a produzir relatórios com melhor qualidade, independentemente da adoção de IFRS.

Grecco *et al.* (2014) avaliaram as mudanças contábeis na redução do gerenciamento de resultados em empresas públicas (não financeiras) brasileiras através da acumulação discricionária. Os resultados indicam que o ambiente regulatório possui efeitos limitantes e a transição para a IFRS teve um efeito restritivo sobre o gerenciamento de resultados no Brasil.

Ainda, nas investigações sobre AFD, encontram-se os estudos que indicam que as empresas se aproveitaram do reconhecimento dos AFD para gerenciamento de resultados (MODIGLIANI, MILLER, 1958; FIELDS, LYS, VICENT, 2001; COVARSI, RAMÍREZ, 2003; SCHRAND, WONG, 2003; CHAO *et al.*, 2004; GORDON, JOOS, 2004; PAULO, 2007; MARTINEZ, 2001; 2006; 2008; KRONBAUER *et al.*, 2010; OLIVEIRA, ALMEIDA, LEMES, 2008; KRONBAUER *et al.*, 2012; RODRÍGUES, ARIAS, 2015; SOUSA, 2017).

Uma parte relevante dos estudos supracitados ocorreram em período prévio à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. Esta adesão, que ocorreu formalmente no ano de 2010, gerou mudanças na mensuração dos elementos patrimoniais e no resultado contábil, ponto de partida para a apuração dos tributos incidentes sobre o lucro. Além da busca pela harmonização de práticas e de divulgações contábeis, outra finalidade da adoção das IFRS está na busca de propiciar maior qualidade nas informações divulgadas pelas empresas. Consequentemente, se espera um menor alisamento de resultados de gestão e um ganho em

comparação com as normas contábeis locais. Nouri e Abaoub (2014) explicam que com um menor alisamento há uma maior confiança na informação contábil. Portanto, o reconhecimento dos AFD pode ser uma das possibilidades de investigar o GR.

2.4 Ativos Fiscais Diferidos

Diversos estudos já foram realizados sobre ativos fiscais diferidos, como segue: Miller e Skinner (1998) investigaram os determinantes da provisão para impostos diferidos ativos com a aplicação do “SFAS No. 109”. Os resultados assinalam que o subsídio é maior para empresas com relativamente mais ativos fiscais diferidos e menor para as empresas com níveis mais altos de lucro tributável futuro esperado. O nível de compensação de créditos fiscais e prejuízos fiscais das empresas é a variável explicativa mais relevante para a provisão de avaliação.

Covarsí e Ramírez (2003) investigaram fatores determinantes para o reconhecimento de AFD provenientes de prejuízos fiscais no período de 1993 a 1998. Os principais achados indicam reconhecimento dos referidos ativos, como motivação para melhorar os índices de endividamento.

Madeira (2015) buscou identificar as particularidades dos tributos diferidos nas companhias abertas brasileiras após a adoção das IFRS. A análise descritiva dos dados demonstrou que o montante dos passivos fiscais diferidos foi mais elevado ao montante dos ativos fiscais diferidos em todos os anos pesquisados. Este resultado contraria com o período pré-IFRS onde o montante dos passivos fiscais diferidos era menor, pois as reduzidas opções de exclusões temporárias. Os ativos fiscais diferidos são principalmente provenientes de diferenças temporárias, contudo sucedendo um aumento maior dos créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais no período combinado com um crescimento maior dos ativos fiscais totais do que dos passivos fiscais diferidos.

Kronbauer *et al.* (2010) analisaram as demonstrações contábeis do período de 2003 a 2008 de uma amostra de empresas integrantes do Índice Bovespa (IBOVESPA). Os resultados sugerem que apesar das empresas cumprirem com a Deliberação CVM nº 273/98, há um processo de adequação nos níveis de reconhecimento de ativos fiscais no transcurso do tempo, resultante de uma movimentação no passado que não está atrelado aos resultados presentes. As variáveis Endividamento, Liquidez Geral, Rentabilidade e Tamanho das empresas foram relevantes para explicar a variabilidade no reconhecimento de AFD, ao nível de significância

de 1%, recomendando a utilização oportunista das margens facilitadas pelas normas contábeis, procurando melhorar indicadores financeiros e econômicos por meio de AFD.

Igualmente, objetivando examinar se o reconhecimento de impostos diferidos poderia ter objetivos oportunistas, Gordon e Joos (2004) realizaram uma pesquisa no Reino Unido. Os autores assinalam que, em média, os gestores apresentavam disposição para divulgar as circunstâncias que iriam ocasionar uma redução no imposto a pagar no futuro, independentemente de reconhecer impostos diferidos. Os achados apontam ainda que a supressão do método parcial dos impostos diferidos diminuiu a utilidade das divulgações dos impostos diferidos. Nessa linha, Bauman e Shaw (2016) explicam que o fato de classificar todos os impostos diferidos no não circulante pode restringir a função dos impostos diferidos na avaliação patrimonial.

Ainda, Gupta (1995), Schrand e Wong (2003), Gordon e Joos (2004), Kronbauer e Alves (2008), Rojas *et al.* (2010), Anceles (2012), Almeida e Lemes (2013), Martinez e Ronconi (2013), Kronbauer *et al.* (2014), Ramírez, Rojas e Torres (2014) e Martinez e Ronconi (2015) pesquisaram se os fatores: alavancagem, liquidez corrente, ativo imobilizado (intensidade de capital), ativo intangível, exportações, tamanho da empresa, estado de localização da sede da empresa, endividamento, lucratividade, valor de mercado e receitas líquidas, evidenciam o reconhecimento dos AFDs. Os resultados estão expostos no Quadro 1.

Quadro 1 - Resumo dos estudos precedentes

(continua)

Estudos nacionais			
Autores	Objetivo	Período	Resultados encontrados
Kronbauer e Alves (2008)	Investigar os fatores determinantes para o reconhecimento de ativos fiscais diferidos.	2003 - 2005	As empresas mais endividadas e menores tendem a reconhecer um valor maior de ativos fiscais diferidos.
Oliveira, Almeida e Lemes (2008)	Analisar a possibilidade de gerenciamento de resultados por meio da constituição do ativo fiscal diferido de empresas de telecomunicação.	2003 - 2007	Verificaram que ocorreu a adoção da prática do diferimento de ativos fiscais nas demonstrações das empresas para prática de gerenciamento de resultados.
Kronbauer, Rojas e Souza (2009)	Verificar se as normas contábeis da CVM e do CFC, que prescrevem o tratamento contábil dos Tributos sobre o Lucro, são compatíveis com a IAS 12 do IASB.	Análise de conteúdo normativo	Verificaram que existe um elevado grau de compatibilidade entre as normativas analisadas.

Quadro 1 - Resumo dos estudos precedentes

(continua)

Estudos nacionais			
Autores	Objetivo	Período	Resultados encontrados
Kronbauer <i>et al.</i> (2010)	Identificar os fatores que possam explicar o nível de reconhecimento de ativos fiscais diferidos em empresas de capital aberto brasileiras (Ibovespa).	2003 - 2008	Embora as empresas cumpram com a Deliberação CVM nº 273/98, existe um processo de ajustamento nos níveis de reconhecimento de ativos fiscais no decorrer do tempo, resultante de uma movimentação no passado que independe dos resultados presentes. As variáveis Endividamento, Liquidez Geral, Rentabilidade e Tamanho das empresas, foram relevantes para explicar a variabilidade no reconhecimento de AFD, ao nível de significância de 1%, sugerindo a utilização oportunista das margens facilitadas pelas normas contábeis, buscando melhorar indicadores financeiros e econômicos por meio de AFD.
Anceles (2012)	Identificar os determinantes para o reconhecimento de ativos fiscais recuperáveis no setor do agronegócio.	2001 - 2010	Os ativos fiscais diferidos são explicados pelo volume do imobilizado, ativos intangíveis, exportação de produtos e tamanho com base na receita líquida.
Martinez e Ronconi (2013)	Analisar o conteúdo informativo do lucro tributável em relação ao lucro contábil no Brasil antes e após o Regime Tributário de Transição (RTT)	2005 - 2011	Os resultados indicaram um maior conteúdo informacional do lucro tributável em relação ao lucro contábil na amostra como um todo. Apesar do advento do RTT e do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o conteúdo informativo do lucro tributável continuou a ser mais significativo do que o lucro contábil. Embora tenha caído a diferença relativa.
França, Souza e Sandoval (2015)	Investigar o quão significativo é o ativo fiscal diferido em relação ao patrimônio líquido dos bancos em funcionamento no Brasil.	2009 - 2014	Para os bancos com controle privado, com confiança de 90%, a relação entre as variações do ativo fiscal diferido e as variações do patrimônio é de causalidade inversa e a materialidade do estoque de AFD no PL é da ordem de 35%. Para os bancos com controle governamental não foi encontrada significância estatística, mas a materialidade do estoque de ativo fiscal diferido no Patrimônio Líquido é da ordem de 38%. Finalmente os resultados apresentam-se relevantes tanto na evidência de imobilização financeira do ativo fiscal diferido quanto a sinalização de causalidade reversa.
Estudos internacionais			
Autores	Objetivo	Período/País	Resultados encontrados
Gupta (1995)	Pesquisar escolha entre o método parcial e abrangente de alocação do imposto de renda nas empresas domésticas de exportação	1972 a 1974 Estados Unidos	As empresas mais alavancadas, com menor cobertura de juros, com menor carga tributária e com menor lucratividade tendem a escolher o método de alocação parcial.
Miller e Skinner (1998)	Investigar determinantes para o reconhecimento de provisão para perdas nos ativos fiscais diferidos	1992-1994 Estados Unidos	A provisão para perdas é maior em empresas com maiores ativos fiscais diferidos e menores em empresas com maiores expectativas de lucros futuros tributáveis.

Quadro 1 - Resumo dos estudos precedentes

(conclusão)

Estudos internacionais			
Autores	Objetivo	Período/País	Resultados encontrados
Covarsí e Ramírez (2003)	Identificar fatores determinantes para o reconhecimento de ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais.	1993-1998 Espanha	As empresas tendem a reconhecer maiores ativos fiscais diferidos se possuírem histórico de lucratividade e/ou expectativa de rentabilidade futura. Também foi encontrada uma relação positiva entre endividamento e a decisão de registrar o ativo fiscal diferido.
Gordon e Joos (2004)	Examinar se o reconhecimento de impostos diferidos poderia ter objetivos oportunistas.	1993 a 1998 Reino Unido	Os resultados obtidos apontam que, em média, os gestores apresentavam a tendência para divulgar as circunstâncias que iriam ocasionar uma redução no imposto a pagar no futuro, independentemente de reconhecer impostos diferidos. A pesquisa evidenciou ainda que a supressão do método parcial dos impostos diferidos diminuiu a utilidade das divulgações dos impostos diferidos.
Rojas <i>et al.</i> (2010)	Identificar os fatores determinantes para a ativação de diferenças temporárias positivas.	1999-2001 Espanha	As empresas com maiores níveis de endividamento e com menor liquidez são mais propensas a ativar um maior valor de diferenças temporárias positivas.
Gomes (2015)	Analisar a realidade das empresas portuguesas e procurar perceber e compreender se as mesmas encontram vantagens na manipulação de resultados, contabilizando Ativos por Impostos Diferidos (AID) referentes a prejuízos fiscais, de forma a aumentar as suas rentabilidades	2010- 2013 Portugal	Após a análise das variáveis de rentabilidade definidas e dos resultados do modelo de estimação, pode-se prever à partida, que o que o trabalho propõe estudar seria facilmente comprovado, uma vez que as empresas ao contabilizarem AID relativos a prejuízos fiscais têm menos incentivo para manipular os resultados, beneficiando da dedução de prejuízos fiscais reportados, todavia, os resultados obtidos não foram totalmente conclusivos.

Fonte: Autores citados.

Percebe-se que a maioria dos estudos ocorreu pré-adoção das IFRS, e com a mudança institucional (adoção das normas internacionais) pode ter mudado o cenário, ou seja, diminuído a relação dos fatores explicativos e conseqüentemente diminuído o GR, assim como mudado a natureza dos AFD.

2.5 Hipóteses do Estudo

Nesse capítulo fundamentam-se as hipóteses do estudo. Com base no referencial teórico e a teoria institucional, apresenta-se no Quadro 2 o constructo da pesquisa, onde para cada objetivo específico está elencado ao lado a hipótese e os resultados esperados.

Quadro 2 - Constructo da pesquisa para alcance dos objetivos

Objetivos	Hipóteses	Resultado Esperado
a) Examinar a relação do reconhecimento de AFD com a natureza dos AFD;	H1 – O RAFD está relacionado com a natureza dos AFD;	A adoção das IFRS modifica a natureza dos AFDs reconhecidos, que devem explicar melhor os níveis destes.
b) Investigar a relação do reconhecimento dos AFD com a mudança institucional;	H2 – O RAFD está relacionado com a mudança institucional;	A adoção das IFRS acarreta aumento no RAFD.
c) Investigar a relação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos (RAFD) com o GR;	H3 – O RAFD está relacionado com GR;	Diminui a intensidade da relação entre o Reconhecimento de AFD e o GR após a adoção das IFRS.
d) Verificar a relação do reconhecimento de AFD com os fatores explicativos (alavancagem, liquidez corrente, liquidez geral, imobilizado, intangível, endividamento, tamanho e Retorno sobre o Patrimônio Líquido).	H4a – O RAFD está relacionado com a alavancagem; H4b - O RAFD está relacionado com a liquidez corrente; H4c - O RAFD está relacionado com a liquidez geral; H4d - O RAFD está relacionado com o imobilizado; H4e - O RAFD está relacionado com o intangível; H4f - O RAFD está relacionado com o endividamento; H4g – O RAFD está relacionado com o tamanho; H4h - O RAFD está relacionado com o retorno do patrimônio líquido.	No período Pós adoção das IFRS espera-se uma relação menos intensa entre o RAFD e as variáveis explicativas que remetiam ao uso destes Ativos como instrumento de Gerenciamento de Resultados.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Figura 1 estão apresentadas as variáveis da pesquisa. A interação das variáveis indica que o reconhecimento de AFDs pode estar relacionado e ser explicado pelo GR, pela Mudança Institucional, pela origem dos AFD e por Fatores Explicativos. O GR pode ter relação com os Fatores Explicativos (Alavancagem, Liquidez Corrente, Liquidez Geral, Imobilizado, Intangível, Endividamento, Tamanho e retorno sobre o Patrimônio Líquido).

Figura 1 – Variáveis da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

A Mudança Institucional pode ter afetado o GR, assim como pode ter mudado a origem dos AFD. Também, os Fatores Explicativos podem ter relação com a origem dos AFD, e a origem dos AFD com os Fatores Explicativos. Ainda, os Fatores Explicativos podem ter relação com o GR.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção apresenta-se o percurso metodológico adotado na pesquisa, iniciando com a classificação da pesquisa; seguida da coleta e tratamento dos dados; população e amostra e modelos econométricos.

3.1 Classificação da Pesquisa

A pesquisa se caracteriza quanto ao objetivo como explicativa, realizada por meio de pesquisa documental com dados secundários e abordagem quantitativa do problema (CRESWELL, 2010).

3.2 Coleta e Tratamento de Dados

Foram utilizados dados públicos extraídos no banco de dados Economática®, de dados do Laboratório de Finanças e Risco (RiskFinLab) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA USP) e dados disponíveis nos sites da Brasil, Bolsa e Balcão (B3).

As informações contábeis e financeiras foram extraídas das notas explicativas das companhias abertas que compuseram a amostra, disponibilizadas no banco de dados do RiskFinLab referente aos períodos de 2007 a 2017, e do sítio da B3 para o ano de 2006. Nas notas explicativas foram coletados os dados necessários para a obtenção das variáveis dependentes, AFD Total, PF e Demais AFD, que representam os ativos fiscais diferidos. E ainda, a identificação dos itens que deram origem aos AFD, sua natureza e respectivos valores.

No banco de dados da Economática® foram extraídas as informações contábeis padronizadas de companhias abertas, e para as variáveis de controle: endividamento (END), alavancagem (ALAV), liquidez corrente (LC), liquidez geral (LG), imobilizado (IMOB), intangível (INTANG), tamanho, medido pelo total do ativo (TAM) e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE). Também foram extraídos do banco de dados da Economática®, as informações contábeis necessárias para a mensuração da variável independente GR.

Os dados coletados correspondem ao período de 2006 a 2017. Para a definição do período levou-se em conta que a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil ocorreu a partir de 2008. No entanto, diversos CPCs só foram editados e exigidos a partir de

2010, e em 2010 de forma compulsória. Para analisar os efeitos da adoção das IFRS sobre os aspectos analisados foi necessária a construção de janelas que caracterizaram o período pré-adoção, intermediário de adoção e pós-adoção das IFRS.

Como métrica para GR foi utilizado o modelo Jones Modificado (1995), o qual foi alterado em relação ao modelo de Jones (1991) para captar melhor o quanto as empresas gerenciam ou não seus resultados. O modelo de Jones (1991) apresenta uma falha, pois as receitas a prazo são passíveis de discricionariedades. Assim, a variável foi alterada para mensurar somente as receitas recebidas, fazendo com que as receitas que possam ter sofrido discricionariedades sejam captadas pelo resíduo. Ainda assim, como procedimento adicional de robustez, também foi utilizado o modelo Jones original. Como ferramenta de análise utilizou-se o *software* STATA 15 (STATACORP, 2015). As variáveis do estudo são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Variáveis do estudo

(continua)

Variáveis	Classificação	Operacionalização	Base Teórica/Empírica
Índice de Ativo Fiscal Diferido (IAFD)	Dependente	$\left(\frac{\text{Ativo Fiscal Diferido}}{\text{Ativo Total}}\right)$	Kronbauer (2010)
Gerenciamento de Resultados (GR)	Independente	Resíduos do Modelo de Jones Modificado (1995)	Kang e Sivaramakrishnan (1995) e Martinez (2001)
Gerenciamento de Resultados (GR)	Independente	Resíduos do Modelo de Jones (1991)	
Período Anterior a Adoção das IFRS (PREIFRS)	Independente	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 para quando os dados se referem ao período anterior a adoção das IFRS e 0 caso contrário.	
Período Intermediário a Adoção das IFRS (INTIFRS)	Independente	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 para quando os dados se referem ao período intermediário da adoção das IFRS e 0 caso contrário.	
Período Posterior a Adoção das IFRS (POSIFRS)	Independente	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 para quando os dados se referem ao período posterior a adoção das IFRS e 0 caso contrário.	
Alavancagem (ALV)	Controle	$\left(\frac{PC + PNC}{PL}\right)$	Gupta (1995), Anceles (2012) e Kronbauer <i>et al.</i> (2014)
Liquidez Corrente (LC)	Controle	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Anceles (2012) e Kronbauer <i>et al.</i> (2014)
Liquidez Geral (LG)	Controle	$\left(\frac{AC + ARLP}{PC + PNC}\right)$	Kronbauer <i>et al.</i> (2010)

Quadro 3 - Variáveis do estudo

(conclusão)

Variáveis	Classificação	Operacionalização	Base Teórica/Empírica
Ativo Imobilizado (IMOB)	Controle	Logaritmo natural do valor do Ativo Imobilizado	Anceles (2012) e Kronbauer <i>et al.</i> (2014)
Intangível (INT)	Controle	Logaritmo natural do valor do Ativo Intangível	Anceles (2012) e Kronbauer <i>et al.</i> (2014)
Endividamento (ENDIV)	Controle	$\frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Ativo Total}}$	Gupta (1995), Covarsí e Ramírez (2003), Gordan e Roos (2004), Paulo, Martins e Corrar (2007), Kronbauer e Alves (2008), Wilson (2009), Lisowzky (2010), Kronbauer <i>et al.</i> (2010), Rojas <i>et al.</i> (2010), Kronbauer <i>et al.</i> (2012), Mayoral e Segura (2014), Rodríques e Arias (2015) e Sousa (2017)
Tamanho (TAM)	Controle	Ativo Total	Kronbauer <i>et al.</i> (2010; 2014);
ROE	Controle	$\left(\frac{LL}{PL}\right)$	Gordon e Joos (2004), Kronbauer <i>et al.</i> (2010) e Rojas <i>et al.</i> (2010)

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise de dados ocorreu inicialmente com a utilização de estatística univariada, para realizar uma análise descritiva dos dados. Posteriormente, para avaliar o impacto da adoção das IFRS na relação entre o gerenciamento de resultados e o reconhecimento de AFD, utilizou-se a técnica de regressão com dados em painel. Para a escolha do modelo de painel a ser adotado, entre efeitos fixos, aleatórios ou POLS, foram realizados os testes de *Breusch-Pagan*, *Chow* e de *Hausman*, resultando o modelo de efeitos fixos o mais adequado.

Levando-se em consideração que os AFD da forma medida na pesquisa representam uma proporção, cujos valores mínimos são aglutinados em valor zero, realizou-se como procedimento adicional de robustez a estimação de regressão por meio de modelo de resposta fracional, utilizando-se o método de *Generalized Estimating Equations* com dados em painel (GEE), método que apresenta vantagens em termos de estimação quando a variável dependente é limitada entre zero e um (WOOLDRIDGE, 2010). Sempre que possível, os erros padrão reportados são estimados com base em matriz de variância-covariância robusta para heteroscedasticidade e autocorrelação, de modo a minimizar problemas decorrentes desses fenômenos.

3.3 População e Amostra

A população do estudo foi composta pelas companhias brasileiras participantes do Ibovespa, considerando-se o período de 2006 até 2017. A escolha pelas empresas do Ibovespa

se deveu em função do índice ser formado pelas ações com maior volume negociado na B3, ou seja, o mais importante indicador de desempenho médio das cotações das ações negociadas na B3. Como critério para que a companhia fosse considerada na amostra, necessariamente precisava estar listada no Ibovespa em ao menos um dos anos da análise, e também ter dados disponíveis em pelo menos um ano no período analisado. Inicialmente 113 empresas fizeram parte da amostra. No entanto, foram excluídas da amostra as empresas financeiras, tendo em vista que os modelos de Jones e Jones modificado, de acordo com Martinez e Ronconi (2013) não são próprios para medir gerenciamento de resultado em empresas financeiras.

A amostra foi composta por 81 companhias brasileiras participantes do Ibovespa, durante o período de 2006 até 2017, constituindo, assim, uma amostragem não probabilística. Vale lembrar que partindo do pressuposto de que as empresas do estudo cumprem com a norma da CVM, as quais regulam o reconhecimento de ativos fiscais diferidos no balanço patrimonial, espera-se encontrar entre as variáveis utilizadas no modelo, dados que descrevam o impacto da adoção das IFRS no reconhecimento dos tais ativos. O Apêndice A apresenta as empresas da amostra.

3.4 Modelos Econométricos

A partir do conjunto de dados pré-definidos e apresentados no Quadro 3 têm-se definido na sequência os modelos econométricos. O modelo tem variáveis *dummy*, representativas do período Intermediário (2008 e 2009) e Pós IFRS (2010 a 2017). Assim, o período pré-IFRS é definido como período base, e as duas variáveis *dummies* capturam o efeito diferencial do momento INTIFRS e do momento POSIFRS no reconhecimento de AFDs, conforme o modelo a seguir.

$$IADF_{it} = \beta_0 + \beta_1 GR_{it} + \beta_2 INTIFRS_{it} + \beta_3 POSIFRS_{it} + \beta_4 ALV_{it} + \beta_5 LC_{it} + \beta_6 LG_{it} + \beta_7 IMOB_{it} + \beta_8 INT_{it} + \beta_9 ENDV_{it} + \beta_{10} ROE_{it} + u_{it} \quad (1)$$

Foi criado previamente um índice de IADF para cada tipo de natureza. Na sequência apresenta-se o Prejuízo Fiscal ($IADFPREJF_{it}$) e as diferenças temporárias representadas em outra equação ($IAFDDIFTEMP_{it}$).

$$\begin{aligned}
IAFDPREJF_{it} = & \beta_0 + \beta_1 GR_{it} + \beta_2 INTIFRS_{it} + \beta_2 POSIFRS_{it} + \beta_3 ALV_{it} + \beta_4 LC_{it} \\
& + \beta_5 LG_{it} + \beta_6 IMOB_{it} + \beta_7 INT_{it} + \beta_8 ENDV_{it} + \beta_9 TAM_{it} + \beta_{10} ROE_{it} \\
& + u_{it}
\end{aligned} \tag{2}$$

$$\begin{aligned}
IAFDDIFTEMP_{it} = & \beta_0 + \beta_1 GR_{it} + \beta_2 INTIFRS_{it} + \beta_2 POSIFRS_{it} + \beta_3 ALV_{it} \\
& + \beta_4 LC_{it} + \beta_5 LG_{it} + \beta_6 IMOB_{it} + \beta_7 INT_{it} + \beta_8 ENDV_{it} + \beta_9 TAM_{it} \\
& + \beta_{10} ROE_{it} + u_{it}
\end{aligned} \tag{3}$$

Para medir se o impacto de GR no reconhecimento de ativos fiscais diferidos foi de alguma forma afetado pelo período INTIFRS e POSIFRS, incluiu-se nos modelos os termos de interação GR x INTIFRS e GR x POSIFRS. Esses termos objetivaram capturar o efeito diferencial de GR em cada período.

Para entendimento dos resultados, considerou-se mais conveniente deixar no capítulo dos resultados a descrição mais detalhada, justificativa pela escolha dos modelos e sequência dos modelos testados. Assim, a descrição do uso do modelo dados em painel simples, winsorizado, GEE e GEE interação, encontra-se no capítulo 4, a medida que são apresentados os modelos testados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa, suas análises e discussões. Inicialmente, apresenta-se uma descrição das alterações ocorridas, especialmente nas origens dos ativos fiscais diferidos durante o período analisado.

Na sequência é apresentada a estatística descritiva das variáveis, dos períodos Pré, Intermediário e Pós IFRS da amostra. Em seguida apresenta-se a matriz de correlação, os principais resultados encontrados nas regressões e as análises realizadas partir desses resultados.

Para tratamento dos *outliers* foi excluída a empresa MMX que possuía números surreais. A distribuição das variáveis utilizadas não apresentou *outliers* com valores não razoáveis. Mas por robustez, os modelos foram estimados também com variáveis winsorizadas, não resultando em mudanças qualitativamente significativas, em termos de significância e direção do sinal do efeito.

4.1 Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos (AFD) no Período Analisado

Na realização da pesquisa procedeu-se uma análise minuciosa nas notas explicativas das empresas da amostra objetivando identificar os itens que deram origem aos AFD, ou seja, sua natureza e seus respectivos valores.

Inicialmente, observou-se uma grande quantidade de itens que deram origem a ativos fiscais diferidos. Com base nos dados coletados, elaborou-se o Apêndice B, apresentado ao final da Tese, sendo que no mesmo pode-se observar que além dos prejuízos fiscais, 137 designações distintas geraram AFD com base em diferenças temporárias. Poder-se-ia agrupar alguns itens, mas optou-se por deixá-los individualizados para revelar primeiro, uma completa falta da uniformidade nas publicações das empresas, e na sequência a mudança havida durante o processo de adoção das normas internacionais de contabilidade.

O principal item, corresponde aos prejuízos fiscais, que estão apresentados no Apêndice B, e correspondem ao valor mais significativo de AFD reconhecidos. Importante relatar que a média de AFD reconhecidos, originada de prejuízos fiscais no período anterior à adoção das IFRS foi de R\$ 91.943 mil. No período intermediário, quando as novas normas ainda não eram obrigatórias, mas mesmo assim muitas companhias já iniciavam sua adoção, os valores médios de AFD reconhecidos face à prejuízos fiscais passou para R\$ 210.042 mil, um acréscimo de 128,45%. Por fim, no período mais longo desta pesquisa, identificado por período pós

implantação das IFRS, o valor médio de AFD identificados, naquelas empresas que os reconheceram, passou para R\$ mil 431.210, o que representa um acréscimo de 369% em relação ao período pré IFRS e 105,3% em relação ao período intermediário.

Mesmo entendendo que se tratam de período distintos, no qual o período pós abrange mais exercícios, constata-se uma mudança significativa nos valores reconhecidos de AFD decorrentes de prejuízos fiscais. Se por um lado, no período intermediário sobreveio a crise financeira mundial e no período posterior há a presença da crise econômica brasileira, poder-se-ia justificar os acréscimos nos AFD decorrentes de maiores perdas nas empresas. Contudo, está em curso uma mudança institucional, que é a adoção das IFRS, o que pode estar influenciando nas práticas contábeis das empresas, no reconhecimento de AFD por perdas fiscais.

Na sequência, a partir do Apêndice B, revela-se o aspecto mais relevante desta parte inicial. Tal como já referido anteriormente, identificou-se 137 designações distintas que geraram AFDs com base em diferenças temporárias. Para revelar o que ocorreu neste período, elaborou-se uma Tabela síntese, que permitem identificar a mudança havida com relação às origens de diferenças temporárias. Inicialmente, apresenta-se na Tabela 1 uma síntese das quantidades de itens que deram origem aos AFD em função de diferenças temporárias entre resultado contábil e base fiscal.

Tabela 1 - Quantidade de itens que originaram AFD de 2006 a 2017

Origens de AFD - Diferenças Temporárias	Itens
Totais	<u>137</u>
Período Pré Adoção IFRS	51
Período Intermediário de Adoção IFRS	73
Período Pós Adoção IFRS	125

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nos dados da Tabela 1, se percebe um acréscimo nos itens que deram origem ao reconhecimento dos AFD decorrentes das denominadas diferenças temporárias, no período analisado. Se percebe, que ao total, 137 tipos de eventos motivaram o reconhecimento de AFD. Observa-se, também, uma diferença significativa na quantidade dos tipos de itens pré, intermediário e pós IFRS.

Observando a Tabela 1, se identifica claramente que no período após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade o número de tipos de eventos que geraram AFD com base em diferenças temporárias é maior que nos períodos anteriores, especialmente em relação ao período pré IFRS. Percentualmente, o aumento de tipos de itens que ocasionaram o

reconhecimento de AFD por diferenças temporárias foi de 145,1% (51 itens para 125 itens), conseqüentemente também acarretou aumento nos montantes reconhecidos.

Com base nos dados do Apêndice B, percebe-se que a soma das médias de AFD reconhecidos, originada de diferenças temporárias, no período anterior à adoção das IFRS foi de R\$ 288.660 mil. No período intermediário a soma dos valores médios de AFD reconhecidos face à diferenças temporárias passou para R\$ 439.369 mil, num acréscimo de 52,2%. Por fim, no período identificado por período pós implantação das IFRS, o valor médio de AFD identificados, originados de Diferenças temporárias passou para R\$ 1.604.471 mil, o que representa um acréscimo de 455,8% em relação ao período pré IFRS e 265,2% em relação ao período intermediário.

De maneira mais específica, no caso dos AFD originados de diferenças temporárias, parece manifesto que a mudança institucional tenha interferido na mudança na prática contábil das empresas. Com a adoção das IFRS, as empresas passaram a reconhecer valores mais significativos de AFD decorrentes de diferenças temporárias - DT, e passaram a identificar com mais detalhamento os eventos que deram origem a este reconhecimento.

Para complementar este raciocínio, examinou-se o conjunto de eventos inerentes a provisões, e que deram origem à AFD. No Apêndice B, podem ser observados 44 itens de provisões que originaram AFD por DT, sendo que no período Pré IFRS, identificou-se apenas 22 eventos. Já no período intermediário houveram 29 tipos de provisões que deram origem a AFD, e no período atual, pós IFRS, identificou-se 35 itens inerentes a provisões que originaram AFD. Isso revela que os responsáveis pela contabilidade passaram a identificar mais itens desta natureza após a implementação das IFRS, e em específico, devido a uma possível “melhor” observância ou entendimento do que está disposto na NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre Lucros.

Assim, se nesta análise inicial identificou-se que a mudança institucional havida nas normas contábeis brasileiras acarretou mudanças na prática contábil, na sequência examina-se se estas mudanças interferiram também no foco central da pesquisa, que é o de avaliar se a adoção das IFRS no reconhecimento de ativos fiscais diferidos se constituiu em prática de gerenciamento de resultados nas empresas pesquisadas.

Para tanto, apresenta-se na seção que segue, a estatística descritiva das variáveis coletadas para a realização das análises propostas.

4.2 Estatística Descritiva das Variáveis

Nessa sessão apresentam-se os resultados da análise das estatísticas descritivas das variáveis da pesquisa. A partir dos dados de 81 empresas integrantes do Ibovespa que compuseram a amostra no período entre 2006 e 2017, obteve-se 764 observações empresariais. Inicialmente apresenta-se a tabela referente ao período total do estudo, e na sequência, separadamente dos períodos Pré IFRS, Intermediário e período Pós IFRS.

Tabela 2 - Estatística descritiva das variáveis do período total

Variáveis	(1) Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio
AFD_Total_sAT	.0423628	.0324451	0	.557447	.045039
AFD DT_sAT	.0272274	.0196601	0	.3816651	.0297585
PF_sAT	.0151354	.0040482	0	.2221571	.0260669
Residuals_Jones_Model	-.008286	-.0235836	-3.655064	1.841029	.2189208
Residuals_Modified_Jones_Model	-.0070374	-.0239987	-3.759833	1.967117	.2281659
ENDIV	.5905904	.5777902	.0868156	2.087404	.1886145
LC	1.755511	1.550207	.1268141	33.3916	1.499299
LG	1.898009	1.730732	.4790639	11.51867	.8111246
IMOB	14.16096	14.85813	2.079442	20.26096	2.690165
INTANG	9.627856	12.69625	0	18.23553	6.707237
TAM	16.36527	16.36526	13.1215	20.61806	1.255153
ROE	.125284	.1024656	-6.047532	13.03229	.7155842
Observações					764

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: A Tabela mostra as estatísticas descritivas, as variáveis são: AFD_Total_sAT – resultado da divisão do Total dos Ativos Fiscais Diferidos pelo Ativo Total, AFD DT_sAT - resultado da divisão dos Ativos Fiscais Diferidos Diferenças Temporárias pelo Ativo Total, PF-sAT – resultado da divisão do Prejuízo Fiscal pelo Ativo Total, Residuals_Jones – Residuais do modelo Jones, Residuals_JMod – Residuais do modelo Jones Modificado, ENDIV – endividamento, LC – liquidez corrente, LG – liquidez geral, IMOB – imobilizado em base logarítmica, INTANG – intangível em base logarítmica, TAM – logaritmo do valor do ativo total, ROE – lucro líquido sobre os ativos totais.

Observando os resultados da estatística descritiva apresentados na Tabela 2, verifica-se que a média de AFD Total registrados nas companhias analisadas foi de 0,042 o que representa um percentual médio de 4,23% de AFD Total sobre o AT das organizações analisadas.

Dentre o grupo de organizações analisadas, a organização com maior nível de AFD registrado representa 55% do ativo total e o mínimo de zero decorre do fato de que algumas empresas não reconheceram AFD no período analisado. O desvio padrão foi de 0,045, significando que os dados são heterogêneos, porque é um desvio padrão alto.

A variável AFD DT sobre AT representa os ativos fiscais sobre diferenças temporárias entre a contabilidade societária e a apuração dos tributos sobre o lucro. Dentre o total de AFD registrados pelas companhias analisadas, os AFD DT representam em média 0,0272 pontos, ou seja, 2,72% e o PF 0,0151 (1,51%). A organização com maior nível de AFD registrado

apresenta 0,381 pontos nos AFD DT e 0,222 pontos em PF, e teve companhia que não reconheceu seus AFD. O desvio padrão para AFD DT e PF é de 0,0297 e 0,0260 pontos respectivamente.

A média do nível de GR das companhias no período analisado foi negativa em 0,0082 no modelo de Jones e 0,0070 no modelo de Jones Modificado, o que sugere que as organizações estavam gerenciando seus resultados para baixo. Os residuais encontrados com a aplicação de ambos os modelos estão correlacionados entre si com um coeficiente de 99,49%, o que sugere que ambos os modelos captaram o gerenciamento de resultado de forma similar na amostra analisada.

Na liquidez corrente, observa-se que o indicador da média foi de 1,75, significando que as organizações no período analisado tinham uma boa liquidez. Apesar da média ser positiva observa-se que uma das organizações (PORTX) têm uma liquidez corrente muito baixa, de 0,12, tratando-se, possivelmente, de uma organização com problema de solvência, enquanto a máxima foi de 33,39, o que representa uma empresa altamente líquida em relação a sua capacidade de cumprir com suas obrigações no curto prazo.

Quanto a liquidez geral, observa-se que esta é positiva com um coeficiente de 1,89, que evidencia a boa capacidade das organizações em honrar seus compromissos no curto e longo prazo. A mediana é 1,73, não tendo uma grande diferença em relação à média. No entanto uma das empresas (PDG REALT) apresenta um coeficiente de 0,47, indicativo de problemas de liquidez.

O intangível atingiu uma média de R\$ 15 milhões, a mediana de R\$ 324 milhões, sendo que uma organização apresentou índice 0 (zero), significando que não teve reconhecimento de intangível dentre as organizações analisadas. Destaque para a empresa com maior nível de reconhecimento de intangível é no valor de R\$ 82 bilhões (Petrobras em 2011). O desvio padrão de R\$ 812 milhões evidencia a heterogeneidade dos dados na amostra.

O nível médio de endividamento é de 0,59, ou seja, 59%. O nível mínimo de endividamento é de 0,086 (8,6%) e máximo de 2,08 (208%) e desvio padrão de 0,18.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROE) foi de 12% e uma mediana de 10% sendo que uma empresa apresentou um índice de rentabilidade sobre o patrimônio líquido negativo em 6%, o que indica que se refere a prejuízos apurados. Por sua vez, a empresa com maior rentabilidade sobre o PL obteve 13%, ficando o desvio padrão em 0,71.

Apresentada a estatística descritiva do período total do estudo, apresenta-se a estatística descritiva dos períodos Pré, Intermediário e Pós IFRS, objetivando verificar se há diferenças nos períodos.

Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis no período PRÉ IFRS

Variáveis	(1) Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio
AFD_Total_sAT	.0295359	.0194528	0	.1721082	.0355048
AFD DT_sAT	.0202598	.0142872	0	.0816287	.0227694
PF_sAT	.0092761	.0003177	0	.1024224	.0199335
Residuals_Jones_Model	-7.74e-18	-.0741532	-.6762552	1.338015	.3182736
Residuals_Modified_Jones_Model	-5.09e-18	-.0881652	-.578807	1.406892	.3327112
ENDIV	.5429336	.5269696	.2215765	.913574	.1338127
LC	1.804639	1.603762	.4907896	6.761968	.989173
LG	1.975118	1.897651	1.094602	4.513114	.5934043
IMOB	14.24093	14.71049	7.707063	18.75673	2.299524
INTANG	0	0	0	0	0
TAM	15.71954	15.79507	13.26784	19.25891	1.256416
ROE	.1876038	.1485887	-.121582	1.446658	.2035719
Observações					74

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: A Tabela mostra as estatísticas descritivas das variáveis: AFD_Total_sAT – resultado da divisão do Total dos Ativos Fiscais Diferidos pelo Ativo Total, AFD DT_sAT - resultado da divisão dos Ativos Fiscais Diferidos de Diferenças Temporárias pelo Ativo Total, PF-sAT – resultado da divisão do Prejuízo Fiscal pelo Ativo Total, Residuals_Jones – Residuais do modelo Jones, Residuals_JMod – Residuais do modelo Jones Modificado, ENDIV – endividamento, LC – liquidez corrente, LG – liquidez geral, IMOB – imobilizado, INTANG – intangível, TAM – logaritmo do valor do ativo total, ROE – lucro líquido sobre os ativos totais

Comparando o período PRÉ com o período total, nota-se que no primeiro período a variável Intangível está zerada, decorrente da inexistência desse grupo nas demonstrações contábeis prévias aos IFRS. A média do AFD Total registrado nas companhias analisadas está menor no período Pré IFRS, de 0,042 para 0,029, ou seja, de 4,23% para 2,95% se comparado com o período total analisado.

A média do nível de GR das companhias no período foi negativa em 7,74 no modelo de Jones e 5,09 no modelo de Jones Modificado, ou seja, os modelos sugerem que as organizações estavam gerenciando seus resultados para baixo, num nível bem maior, se comparado com o período total.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas das variáveis do período intermediário IFRS

Variáveis	(1) Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio
AFD_Total_sAT	.0389737	.0300871	0	.2645036	.0412768
AFD DT_sAT	.0242299	.0166459	0	.0932435	.0235212
PF_sAT	.0147438	.0023637	0	.2221571	.0289504
Residuals_Jones_Model	-.0138441	-.0489028	-.6526947	.6973161	.181025
Residuals_Modified_Jones_Model	-.0104409	-.0528703	-.6411259	.7820715	.1907311
ENDIV	.594547	.5905296	.0868156	1.211125	.1755539
LC	1.730544	1.52873	.2273171	10.27457	1.125043
LG	1.903803	1.693397	.8256784	11.51867	1.036362
IMOB	14.52094	15.14334	9.351753	19.25459	2.058285
INTANG	0	0	0	0	0
TAM	15.95361	16.07352	13.1215	19.66081	1.303627
ROE	.1930193	.1347448	-6.047532	13.03229	1.480186
Observações					146

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que a média de AFD Total registrado nas companhias analisadas teve um aumento se comparado como período PRÉ, de 2,95% para 3,89%, aumento este atrelado a variável Prejuízo Fiscal.

Tabela 5 - Estatísticas descritivas das variáveis do período PÓS IFRS

Variáveis	(1) Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio
AFD_Total_sAT	.0450172	.0370007	0	.557447	.0468335
AFD DT_sAT	.0289797	.0207275	0	.3816651	.0318562
PF_sAT	.0160375	.0057792	0	.175782	.0259234
Residuals_Jones_Model	-.0079214	-.0158002	-3.655064	1.841029	.2120309
Residuals_Modified_Jones_Model	-.0070812	-.0186932	-3.759833	1.967117	.2203314
ENDIV	.5960112	.5784078	.1567069	2.087404	.1975065
LC	1.755529	1.551827	.1268141	33.3916	1.6397
LG	1.885965	1.728884	.4790639	6.381339	.7677062
IMOB	14.05347	14.8095	2.079442	20.26096	2.877434
INTANG	13.52147	14.53492	0	18.23553	3.235646
TAM	16.56359	16.48333	13.22228	20.61806	1.185694
ROE	.0986277	.0893321	-2.064489	2.681496	.3555543
Observações					544

Fonte: Elaborado pela autora.

No período Pós IFRS verificou-se a média mais alta do nível de AFD Total registrado nas companhias analisadas, se comparado com os demais períodos ou ao período total. A média foi de 0,045 o que representa um percentual médio de 4,5% de AFD Total sobre o AT das organizações analisadas.

A média do nível de GR das companhias no período foi negativa em 0,0079 no modelo de Jones e 0,0070 no modelo de Jones Modificado, sugerindo que as organizações estavam gerenciando seus resultados para baixo. Este resultado fica muito próximo quando analisado com o período total.

Percebe-se um crescimento razoável do desvio padrão dos AFD no período pós IFRS, de 0,03550 para 0,04683, ou seja, de 3,55% para 4,68%, o que sugere que as empresas da amostra podem estar reconhecendo mais AFD.

Este resultado vai ao encontro dos achados na análise anterior (item 4.1) sobre a natureza dos AFD, onde foi constatado que no período pós IFRS ocorreu um aumento no volume de reconhecimento dos AFD.

4.3 Matriz de Correlação das Variáveis

A existência de relação de colinearidade entre duas ou mais variáveis independentes, em estimações de regressões múltiplas, resulta em problemas de estimação dos coeficientes e

inferência estatística (GUJARATI; PORTER, 2011; WOOLDRIDGE, 2014). Admite-se que a correlação entre duas variáveis acima de 0,80 é um indício de problema de multicolinearidade (GUJARATI; PORTER, 2011).

As variáveis ALAV e END representam o mesmo constructo teórico, correspondente ao nível de capital de terceiros das empresas analisadas. Por esse motivo, excluiu-se a variável ALAV da estimação inicial dos modelos dessa tese.

Posteriormente, como análise de robustez, os resultados foram novamente estimados com a variável ALAV ao invés de END.

A Tabela 6 apresenta a correlação entre as variáveis do modelo econométrico. Pode-se observar que não ocorreu problema de multicolinearidade entre as variáveis da pesquisa, visto que as duas maiores correlações (LG e ENDIV 0,7916 e TAM e IMOB 0,6374) ficaram dentro do nível de correlação aceito.

Tabela 6 - Matriz de correlação das variáveis

	AFD_To~T	Demais~T	PF_sAT	Residu..	R~Modi~1	ENDIV	LC
AFD_Total_~T	1						
DemaisAFD_~T	0.8336*	1					
PF_sAT	0.7761*	0.2987*	1				
Residuals_J~	-0.0344	-0.0555	0.0039	1			
R~Modified~1	-0.0372	-0.0553	-0.0012	0.9949*	1		
ENDIV	0.1974*	0.1924*	0.1213*	-0.1509*	-0.1455*	1	
LC	-0.1598*	-0.1606*	-0.0927*	0.1933*	0.1893*	-0.2967*	1
LG	0.1553*	-0.1503*	-0.0968*	0.1524*	0.1435*	-0.7916*	0.4216*
IMOB	0.0618	0.0254	0.0778*	-0.3101*	-0.3083*	0.1294*	-0.2664*
INTANG	0.1042*	0.1195*	0.0436	-0.0593	-0.0577	0.0919*	-0.1069*
TAM	0.0256	0.0457	-0.0079	-0.2271*	-0.2219*	0.0813*	-0.1061*
ROE	0.0794*	0.1384*	-0.0209	0.0288	0.0337	0.0750*	-0.0358

	LG	IMOB	INTANG	TAM	ROE
LG	1				
IMOB	-0.2621*	1			
INTANG	-0.1175*	0.1615*	1		
TAM	-0.1752*	0.6374*	0.3782*	1	
ROE	-0.0347	-0.0548	-0.0626	-0.1010*	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: O padrão de significância: + 0.1 Significativo ao nível de 10%, * 0.05 Significativo ao nível de 5%, ** 0.01 Significativo ao nível de 1%, *** 0.001 Significativo ao nível de 0,1%.

Nos dados expostos na Tabela 6, percebe-se que o endividamento está correlacionado positivamente ao nível de 19,74%, significando que empresas com maior endividamento tendem a reconhecer mais AFD para melhorar seus índices de liquidez. Esses resultados estão em oposição aos estudos de Madeira (2015), Anceles (2012) e Schuh *et al.* (2018). No entanto, vão ao encontro dos estudos de Covarsí e Ramírez (2003), Kronbauer e Alves (2008), Wilson

(2009), Kronbauer *et al.*, (2010), Lisowsky (2010), Mayoral e Segura (2014), Rodríguez e Arias (2015) e Sousa (2017).

A LC tem uma associação significativa de 15,98%, porém negativa, com o reconhecimento de AFD Total, o que significa que organizações que têm problemas de LC tendem a reconhecer mais AFD, bem como aquelas organizações que reconhecem o AFD tendem a ter uma LC menor. Quanto maior a LC, menor o AFD Total. Quanto maior o Total de AFD, menor será a liquidez. A LG está correlacionada negativamente a 15,53% com Total de AFD, o que significa que empresas com LG alta tendem a reconhecer menos AFD. Os resultados vão ao encontro dos estudos de Kronbauer *et al.* (2010), Anceles (2012) e Kronbauer *et al.* (2014).

A variável intangível está correlacionada positivamente com o AFD Total a um nível de 10,42%, ou seja, empresas com valor do intangível mais alto, tendem a reconhecer mais AFD, corroborando resultados dos estudos de Anceles (2012) e Kronbauer *et al.* (2014).

O ROE também está correlacionado positivamente ao nível de 7,94% com os AFD, ou seja, empresas com maior retorno sobre o seu patrimônio líquido tendem a reconhecer mais AFD. Esses resultados que vão ao encontro aos achados das pesquisas de Gordon e Joos (2004), Kronbauer *et al.* (2010) e Rojas *et al.* (2010).

O valor dos AFD Total é composto pelo Prejuízo Fiscal e AFD DT, que são as diferenças temporárias. Percebe-se que tanto o Prejuízo Fiscal como os AFD DT têm correlação com as mesmas variáveis que os AFD Totais, o que não poderia ser diferente, pois é uma segregação de contas. As únicas variáveis que são uma exceção com o Prejuízo Fiscal, são INTANG e ROE que não apresentam correlação. Também o IMOB apresenta uma correlação positiva somente com Prejuízo Fiscal, ao nível de 7,78%.

LC e LG estão correlacionados positivamente com o residual Jones, 19,33% e 15,24% respectivamente, o que significa que empresas com liquidez maior tendem a gerenciar mais seus resultados.

Já o imobilizado tem correlação negativa com o residual Jones, ao nível de 31,01%, ou seja, empresas com registros de imobilizado menores nos seus balanços patrimoniais, tendem a gerenciar mais seus resultados.

A variável tamanho da empresa, medida pelo seu ativo total, tem correlação negativa de 22,71% com o gerenciamento de resultados, o que significa que as empresas da amostra com um total de ativo menor tendem a gerenciar mais seus resultados, ou seja, empresas maiores gerenciam seus resultados com menos intensidade.

Analisando o residual Jones Modificado, percebe-se que as variáveis: ENDIV, IMOB, e TAM, tem correlação negativa a nível de 14,55%, 30,83% e 22,19% respectivamente, o que significa que empresas mais endividadas, com maior valor de imobilizado, e empresas maiores, tendem a gerenciar seus resultados com menos intensidade. Já a LC e LG estão correlacionados positivamente, ou seja, as empresas da amostra com maior liquidez tendem a gerenciar mais seus resultados.

A variável END está correlacionada negativamente com LG a nível de 79,16%, o que significa que empresas mais endividadas tem liquidez menor. Já IMOB, INTANG, TAM e ROE tem correlação positiva com ENDIV, respectivamente ao nível de 12,94%, 9,19%, 8,13% e 7,5%, o que significa que empresas menos endividadas tem um nível menor de IMOB, INTANG, TAM e ROE.

A variável LC tem correlação positiva com LG a nível de 42,16%, o que significa que empresas com maior LC tem um nível maior de LG, o que não poderia ser diferente, uma vez que a LC está inclusa na LG. Já as variáveis IMOB, INTANG e TAM estão correlacionados negativamente com LC ao nível de 26,64%, 10,69% e 10,61%, ou seja, empresas com LC baixa tendem a ter registrado um valor maior de IMOB, INTANG e TAM (total do ativo) nos seus balanços.

LG tem correlação negativa com IMOB, INTANG e TAM ao nível de 26,21%, 11,75%, 17,52% respectivamente, o que significa que empresas com baixa LG tendem a ter valores maiores registrados em seus balanços no que se refere a IMOB, INTANG e TAM (ativo total).

IMOB tem relação positiva com INTANG e TAM a nível de 16,15% e 63,74% respectivamente, o que significa que empresas com maior imobilizado registrado tendem a ter um maior INTANG e também valor maior do ativo total (TAM).

A variável INTANG está correlacionada positivamente com TAM a nível de 37,82% o que significa que empresas maiores tendem a ter um INTANG maior registrado.

O ROE tem correlação negativa com TAM a nível de 10,10%, o que significa que empresas maiores tendem a ter uma menor rentabilidade do negócio.

Destaca-se, ainda, que as variáveis AFD DT, PF e AFD Total, não estão incluídas na Tabela, tendo em vista tratarem-se de variáveis dependentes, estão correlacionados significativamente ao nível de 83,36% e 77,61%, altamente correlacionados, isso é lógico pois os demais AFD e PF são uma segregação dos AFD Totais. Isso significa que quando uma variável sobe, o mesmo acontece com a outra. Assim, conforme for o nível AFD Total, também irão aumentar os AFD DT e PF com o AFD total.

4.4 Análise Multivariada

4.4.1 Análise com dados em painel

Nessa sessão são apresentados os resultados das regressões estimadas por meio de dados em painel, inicialmente por meio de estimação de painéis com efeitos fixos e efeitos aleatórios, e posteriormente por meio de regressões do tipo *Generalized Estimating Equation* (GEE). As regressões do método GEE são próprias para variáveis dependentes fracionais, com valores limitados entre zero e um (PAPKE; WOOLDRIDGE, 2008). Essas estimações foram realizadas inicialmente tendo o residual do modelo de Jones modificado como variável dependente, e após como medida de robustez pelo modelo de Jones, considerando os três períodos em análise do estudo.

Em complemento à análise da matriz de correlações, com o objetivo de verificar a existência de problemas de multicolinearidade, inicialmente realizou-se o teste de fator de inflação de variância (*Variance Inflation Factor* - VIF), sobre uma estimativa de regressão linear por mínimos quadrados ordinários considerando as variáveis incluídas na Tabela. O resultado do teste VIF não revelou evidências de problemas com multicolinearidade, nenhuma variável com VIF superior a 10, nível crítico apontado na literatura para a ocorrência de problemas de multicolinearidade (GUJARATI; PORTER, 2011; WOOLDRIDGE, 2014).

Tabela 7 - Teste de fator de VIF

<i>Variável</i>	<i>VIF</i>
Resíduo Modificado Jones	1,14
Período intermediário	2,43
Pós IFRS	9,97
ENDIV	2,81
LC	1,31
LG	3,16
IMOB	2,41
INTANG	8,79
TAM	2,00
ROE	1,02

Fonte: Elaborado pela autora.

Testou-se também o ajuste do modelo de regressão linear, no entanto a análise dos resíduos mostrou que há evidências de que a sua distribuição não adere à uma distribuição normal, tanto o teste de *Jarque-Bera* quanto o teste de *Shapiro-Wilk* resultaram em um p-valor < 0,0001, o que poderia trazer problemas de viés nos coeficientes do modelo.

Na Tabela 8 apresenta-se os três modelos de dados em painel inicial: (1) se refere aos ativos fiscais totais, (2) aos prejuízos fiscais, e (3) aos AFD DT. Os modelos em questão foram estimados com efeitos fixos, tendo em vista o resultado do teste de *Hausman* sugerindo que os modelos de efeitos fixos são os mais adequados para a amostra, em comparação aos modelos de efeitos aleatórios.

Tabela 8 - Estimação de modelos de dados em painel com efeitos fixos tendo os residuais do modelo de Jones modificado como variável de interesse principal

	(1) AFD Total '- EF	(2) PF '- EF	(3) AFD DT '- EF
Residuals_Modified_Jones_Model	0.00032 (0.00740)	0.00061 (0.00480)	-0.00029 (0.00431)
INT_IFRS=1	0.00891 ⁺ (0.00474)	0.00380 (0.00313)	0.00511 ⁺ (0.00306)
POS_IFRS=1	0.03603 (0.03045)	0.01241 (0.01034)	0.02362 (0.02346)
ENDIV	0.05201 (0.05043)	0.02001 (0.02591)	0.03200 (0.02684)
LC	'-0.00124 (0.00112)	'-0.00056 (0.00059)	'-0.00068 (0.00059)
LG	'-0.00008 (0.00599)	'-0.00014 (0.00301)	0.00006 (0.00383)
IMOB	'-0.00281 (0.00223)	'-0.00005 (0.00084)	'-0.00277 (0.00171)
INTANG	'-0.00146 (0.00221)	'-0.00068 (0.00062)	'-0.00078 (0.00176)
TAM	'-0.00219 (0.00546)	0.00322 (0.00261)	'-0.00540 (0.00388)
ROE	0.00209 (0.00221)	'-0.00056 (0.00130)	0.00265* (0.00106)
Constant	0.07598 (0.09039)	'-0.05036 (0.04262)	0.12634* (0.06199)
AIC	'-3.03e+03	'-3.85e+03	'-3.68e+03
BIC	'-2.98e+03	'-3.80e+03	'-3.64e+03
r2	0.078	0.035	0.097
r2_w	0.078	0.035	0.097
r2_o	0.019	0.011	0.008
r2_b	0.004	0.008	0.001
f			
p	0.296	0.007	0.003
Observações	764	764	764

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Utilizando como referência o modelo (1):

(r2_o): $0.019 \times 100 = 1,9\%$ da variação do índice de AFD Total '- EF é explicado pelo conjunto das variáveis do modelo. Ou seja, o modelo explica muito pouco as variáveis dependentes.

(r2_b): $0.004 \times 100 = 0,4\%$ da variação do índice de AFD Total '- EF é explicado pelas diferentes instituições de onde os dados foram retirados.

Percebe-se que nenhuma das variáveis de interesse (*Residuals_Modified_Jones_Model*, *INT_IFRS* ou *POS_IFRS*) apresentou significância estatística a pelo menos 5%, de modo que

a variação do gerenciamento de resultado (medido pelos resíduos de Jones modificado) não explica a variação dos ativos fiscais diferidos medidos por AFD Total, PF ou AFD DT.

Como medida de robustez, os modelos também foram estimados considerando como variável independente os resíduos do modelo de Jones, chegando a resultados similares no que se refere à significância estatística das variáveis de interesse. Destaca-se que, tanto nas estimações com modelo de Jones modificado quanto nas estimações com o modelo de Jones original, a variável de interesse INT_IFRS apresenta relação estatística de significância a 10% para as variáveis dependentes AFD Total e AFD DT. Apesar de tal relação estatística não ser forte o suficiente para que se possa rejeitar a hipótese nula de que tais coeficientes são estatisticamente diferentes de zero, os intervalos de confiança a 95% para os coeficientes de tais variáveis tem a maior parte de seus valores maiores que zero, o que sugere que pode haver relação estatisticamente significantes com amostras maiores em estudos futuros.

Tabela 9 - Estimação de modelos de dados em painel com efeitos fixos tendo os residuais do modelo de Jones como variável de interesse principal

(continua)

	(1) AFD Total '- EF	(2) PF '- EF	(3) AFD DT '- EF
Residuals_Jones_Model	0.00041 (0.00786)	0.00065 (0.00522)	-0.00024 (0.00465)
INT_IFRS=1	0.00891+ (0.00475)	0.00380 (0.00313)	0.00511+ (0.00306)
POS_IFRS=1	0.03603 (0.03045)	0.01240 (0.01034)	0.02363 (0.02348)
ENDIV	0.05201 (0.05042)	0.02000 (0.02588)	0.03200 (0.02685)
LC	-0.00124 (0.00112)	-0.00056 (0.00059)	-0.00068 (0.00059)
LG	-0.00008 (0.00599)	-0.00014 (0.00301)	0.00006 (0.00384)
IMOB	-0.00281 (0.00223)	-0.00005 (0.00084)	-0.00276 (0.00171)
INTANG	-0.00146 (0.00221)	-0.00068 (0.00062)	-0.00078 (0.00176)
TAM	-0.00218 (0.00545)	0.00322 (0.00260)	-0.00540 (0.00387)
ROE	0.00209 (0.00221)	-0.00057 (0.00130)	0.00265* (0.00107)
Constant	0.07584 (0.09012)	-0.05046 (0.04234)	0.12630* (0.06179)
AIC	-3.03e+03	-3.85e+03	-3.68e+03
BIC	-2.98e+03	-3.80e+03	-3.64e+03
r2	0.078	0.035	0.097
r2_w	0.078	0.035	0.097
r2_o	0.019	0.011	0.008
r2_b	0.004	0.008	0.001

Tabela 9 - Estimação de modelos de dados em painel com efeitos fixos tendo os residuais do modelo de Jones como variável de interesse principal

	(1) AFD Total '- EF	(2) PF '- EF	(3) AFD DT '- EF
f			
p	0.293	0.007	0.003
Observações	764	764	764

(conclusão)

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Utilizando como referência o modelo (1):

AIC e BIC são medidas de ajuste para comparar modelos, quanto menor seu valor, mais ajustado os dados estão ao modelo proposto.

Por questão de arredondamento, os modelos têm os mesmos ajustes, indicando que o resíduo de Jones e o resíduo de Jones modificado ajustam o modelo da mesma forma.

Como mencionado anteriormente, os modelos estimados que constam nas Tabelas 8 e 9, anteriores, são estimados sem a imposição de restrições quanto à distribuição estatística da variável dependente, o que pode fazer com que os valores previstos pelos modelos sejam inferiores a zero ou maiores que um. Contudo, as variáveis dependentes AFD_Total, PF e AFD DT são calculadas como uma razão desses números sobre o ativo total da empresa e, portanto, devem assumir valores entre 0 e 1, como consequência, os modelos foram novamente estimados por meio do método GEE.

4.4.2 Método *Generalized Estimating Equations* (GEE)

Para métodos alternativos de estimação econométrica, busca-se ratificar os resultados apurados no modelo inicial, através da análise de significância estatística dos coeficientes das variáveis, aplicando outro método de estimação, o método *Generalized Estimating Equations* (GEE) (SIMON, 2018).

Críticas são apresentadas pela literatura econométrica quando utilizados modelos com variáveis dependentes, as quais admitem característica fracionária, limitadas entre zero e um (PAPKE; WOOLDRIDGE, 2008; GALLANI; WOOLDRIDGE, 2015). Para esses casos, Papke e Wooldridge (2008) recomendam a utilização de modelos de resposta fracional, e no caso de dados em painel o modelo de GEE, que é um modelo similar à regressão logística, próprio para variáveis fracionais, aceitando variáveis dependentes com valor distribuído entre 0 e 1 (inclusive). O método GEE é semelhante ao método Logit, difere por aceitar não somente variáveis binárias como variável dependente, mas também proporções. Ainda, o método GEE

tem função exclusiva no software STATA 15 (STATA CORP, 2015), adequada para trabalhar com dados em painel (função XTGEE) (SIMON, 2018).

Apresenta-se na Tabela 10 a estimação por meio do método GEE, tendo os resíduos do modelo de Jones modificado como variável independente:

Tabela 10 - Estimação de modelos de dados em painel por meio de *Generalized Estimating Equations* (GEE) tendo os residuais do modelo de Jones modificado como variável de interesse principal

	(1) AFD Totais	(2) PF	(3) AFD DT
Residuals_Modified_Jones_Model	0.08117 (0.11062)	0.24435 (0.32032)	0.02158 (0.08943)
INT_IFRS=1	0.25356+ (0.12988)	0.43510+ (0.25423)	0.15441 (0.11876)
POS_IFRS=1	0.82384 (0.52182)	1.06118* (0.54036)	0.71806 (0.57837)
ENDIV	0.56699 (0.57375)	0.30826 (1.09732)	0.66388 (0.42319)
LC	-0.15147* (0.07310)	-0.25501+ (0.14758)	-0.07587* (0.03823)
LG	-0.10626 (0.16674)	-0.20766 (0.39369)	-0.07553 (0.14416)
IMOB	-0.02775 (0.03896)	0.04393 (0.04831)	-0.05847 (0.03952)
INTANG	-0.03007 (0.03759)	-0.03867 (0.02679)	-0.02677 (0.04470)
TAM	0.00378 (0.07002)	0.01110 (0.11028)	-0.02509 (0.07944)
ROE	0.04229 (0.02942)	-0.01971 (0.09224)	0.07064*** (0.01762)
Constant	-3.05838* (1.19187)	-4.89149* (2.31064)	-2.78374* (1.23207)
chi2	16.525	23.477	84.866
Observações	764	764	764

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Valor entre parênteses indica o erro padrão da estimativa. +Significativo ao nível de 10%, *Significativo ao nível de 5%, **Significativo ao nível de 1%, ***Significativo ao nível de 0,1%.

Percebe-se que somente o período pós IFRS teve impacto positivo e estatisticamente significativo no índice PF. Esse aumento no índice PF no período pós IFRS, que corresponde ao período de 2010 a 2017, incluindo o período que assinalou a crise política no Brasil que resultou no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Em tal período, e especialmente entre 2014 e 2017, ocorreu também a crise econômica (Costa *et al.*, 2017), o que pode ter contribuído para a existência de um nível mais elevado de empresas em situação de prejuízo fiscal.

Da mesma forma que nas especificações em painel, para robustez utilizou-se também o modelo de resíduo de Jones para verificar se os resultados serão qualitativamente similares. A Tabela 11 apresenta os resultados.

Tabela 11 - Estimação de modelos de dados em painel por meio de *Generalized Estimating Equations* (GEE) tendo os residuais do modelo de Jones como variável de interesse principal

	(1) AFD Totais	(2) PF	(3) AFD DT
Residuals_Jones_Model	0.10154 (0.11924)	0.27864 (0.34633)	0.03524 (0.10141)
INT_IFRS=1	0.25345+ (0.12974)	0.43513+ (0.25424)	0.15428 (0.11875)
POS_IFRS=1	0.82245 (0.52205)	1.05911+ (0.54158)	0.71754 (0.57849)
ENDIV	0.56567 (0.57359)	0.30545 (1,09348)	0.66314 (0.42353)
LC	-0.15268* (0.07319)	-0.25701+ (0.14730)	-0.07657* (0.03860)
LG	-0.10670 (0.16700)	-0.20866 (0.39472)	-0.07588 (0.14416)
IMOB	-0.02751 (0.03896)	0.04425 (0.04814)	-0.05828 (0.03959)
INTANG	-0.03001 (0.03762)	-0.03859 (0.02680)	-0.02674 (0.04472)
TAM	0.00424 (0.07013)	0.01235 (0.11087)	-0.02502 (0.07940)
ROE	0.04235 (0.02957)	-0.01946 (0.09282)	0.07066*** (0.01767)
Constant	-3.06485* (1,19312)	-4.90910* (2,31493)	-2.78465* (1,23054)
chi2	16.450	23.212	84.456
Observações	764	764	764

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Valores entre parênteses indicam o erro padrão da estimativa. +Significativo ao nível de 10%, *Significativo ao nível de 5%, **Significativo ao nível de 1%, ***Significativo ao nível de 0,1%.

Percebe-se que o resultado do modelo Jones é similar ao modelo Jones modificado. No período intermediário de implantação das IFRS houve impacto positivo nos AFD totais e PF, o que significa que nesse período, a medida que aumentou o resíduo de Jones, também teve aumento nos AFD Totais, através dos PF. No entanto, no período Pós IFRS, o gerenciamento não teve impacto estatisticamente significativo no nível de reconhecimento de ativos fiscais diferidos. Nesse sentido, na busca por um modelo com maior poder explicativo, a literatura sugere estimar os modelos por meio do método GEE interações.

4.4.3 Método *Generalized Estimating Equations* (GEE) Interação

Os modelos estimados por meio do método GEE, constantes das Tabelas 10 e 11 apresentadas anteriormente, medem o efeito do período intermediário e pós IFRS, e o efeito do gerenciamento de resultado, em separado. Para que seja possível, contudo, verificar se há efeitos de interação entre a adoção das IFRS e do gerenciamento de resultado, os modelos são estimados contendo um termo de interação entre os períodos e o nível de gerenciamento de resultado.

Nesse estudo se analisa três períodos (Pré, Intermediário e Pós IFRS), e quando tem *dummy* que, no caso soma 1, uma delas precisa ficar de fora do modelo. Nesse caso optou-se por deixar fora do modelo o período Pré IFRS.

Dessa forma, o modelo foi estimado utilizando-se o período PRÉ IFRS para base, com a interação (inclusão no modelo) das duas variáveis, período INT e PÓS IFRS, onde foi multiplicado o GR (medido pelo resíduo do modelo Jones modificado) pela *dummy* INT e multiplicado pela *dummy* PÓS IFRS. Ou seja, quando da multiplicação dos dois períodos, teste-se a sensibilidade dos AFDs aos *accruals*, em períodos INT e Pós IFRS.

Assim, o objetivo da análise dessa interação é verificar se a influência da variação dos resíduos de Jones modificado no reconhecimento de ativos fiscais diferidos é a mesma nos diferentes períodos da IFRS. Ou seja, examinar se no período pós IFRS, a variação do resíduo de Jones modificado tem um maior impacto na variação dos índices do estudo. A Tabela 12 apresenta os dados.

Tabela 12 - Estimação de modelos de dados em painel por meio de *Generalized Estimating Equations* (GEE) com Interação tendo os residuais do modelo de Jones modificado como variável de interesse principal

(continua)

	(1) AFD Totais	(2) PF	(3) AFD DT
Residuals_Modified_Jones_Model	0.53939 (0.33063)	0.55184 (0.78686)	0.49991+ (0.26534)
Residuals_Modified_Jones_Model x INT_IFRS	-0.29208 (0.27374)	-0.33608 (0.76259)	-0.21227 (0.34528)
Residuals_Modified_Jones_Model x POS_IFRS	-0.57877 (0.37970)	-0.39443 (0.95284)	-0.60440+ (0.31622)
INT_IFRS=1	0.25227+ (0.13002)	0.43931+ (0.26141)	0.15136 (0.12401)
POS_IFRS=1	0.85186 (0.53197)	1.06623* (0.53046)	0.76673 (0.58421)

Tabela 12 - Estimação de modelos de dados em painel por meio de *Generalized Estimating Equations* (GEE) com Interação tendo os residuais do modelo de Jones modificado como variável de interesse principal

(conclusão)

	(1) AFD Totais	(2) PF	(3) AFD DT
ENDIV	0.57081 (0.56886)	0.32142 (1.09748)	0.66398 (0.41063)
LC	-0.15202* (0.07328)	-0.25198+ (0.14649)	-0.07857* (0.03965)
LG	-0.09903 (0.16556)	-0.19170 (0.38404)	-0.07318 (0.14276)
IMOB	-0.02597 (0.03874)	0.04341 (0.04668)	-0.05526 (0.04059)
INTANG	-0.03304 (0.03906)	-0.03903 (0.02673)	-0.03148 (0.04529)
TAM	0.01757 (0.07336)	0.01579 (0.11491)	-0.00694 (0.08188)
ROE	0.04482 (0.03016)	-0.01952 (0.08926)	0.07483*** (0.01884)
Constant	-3.31607** (1.24885)	-5.00188* (2.33243)	-3.11714* (1.28718)
chi2	19.460	45.711	92.614
Observações	764	764	764

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Valores entre parênteses indicam o erro padrão da estimativa. +Significativo ao nível de 10%, *Significativo ao nível de 5%, **Significativo ao nível de 1%, ***Significativo ao nível de 0,1%.

Percebe-se na Tabela 12 que o resultado do efeito de GEE interação foi significativo a 10% no período Pré e Pós IFRS nos AFD DT. Por mais que não seja uma significância estatisticamente clássica, considera-se marginalmente significativa, o que sugere estudos futuros com uma amostra maior.

Do mesmo modo como nas especificações em painel, para robustez valeu-se igualmente do modelo de resíduo Jones para investigar se os resultados são qualitativamente similares. A Tabela 13 apresenta os resultados. Percebe-se na Tabela 13 que o termo de interação entre o gerenciamento de resultado (medido por meio do residual de Jones) é significativo para os AFD DT a nível de 5%, ou seja, tem efeito de interação nesse modelo. Isso significa que a relação entre o gerenciamento de resultado e os AFD DT são diferentes dos demais períodos nos períodos após a adoção dos IFRS.

Tabela 13 - Estimação de modelos de dados em painel por meio de *Generalized Estimating Equations* (GEE) com Interação tendo os residuais do modelo de Jones como variável de interesse principal

	(1) AFD Totais	(2) PF	(3) AFD DT
Residuals_Jones_Model	0.63195 ⁺ (0.34900)	0.64719 (0.85106)	0.58301* (0.27099)
Residuals_Jones_Model x INT_IFRS	-0.36173 (0.30556)	-0.28963 (0.83711)	-0.33828 (0.37724)
Residuals_Jones_Model x POS_IFRS	-0.66349 ⁺ (0.40195)	-0.49316 (1.00440)	-0.67764* (0.33062)
INT_IFRS=1	0.25369 ⁺ (0.12990)	0.44171 ⁺ (0.26109)	0.15325 (0.12357)
POS_IFRS=1	0.85527 (0.53318)	1.07084* (0.53203)	0.76755 (0.58487)
ENDIV	0.56860 (0.56768)	0.32048 (1.09626)	0.66197 (0.41068)
LC	-0.15392* (0.07342)	-0.25558 ⁺ (0.14678)	-0.07983* (0.04018)
LG	-0.09944 (0.16562)	-0.18982 (0.38290)	-0.07419 (0.14311)
IMOB	-0.02574 (0.03869)	0.04426 (0.04637)	-0.05549 (0.04062)
INTANG	-0.03325 (0.03924)	-0.03951 (0.02729)	-0.03139 (0.04534)
TAM	0.01793 (0.07360)	0.01853 (0.11446)	-0.00811 (0.08231)
ROE	0.04497 (0.03029)	-0.01917 (0.09118)	0.07444*** (0.01878)
Constant	-3.32079** (1.25155)	-5.05546* (2.32651)	-3.09146* (1.29100)
chi2	20.815	44.678	92.661
Observações	764	764	764

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Valores entre parênteses indicam o erro padrão da estimativa. ⁺Significativo ao nível de 10%, *Significativo ao nível de 5%, **Significativo ao nível de 1%, ***Significativo ao nível de 0,1%.

Percebe-se na Tabela 13 que tanto no período INT como no PÓS IFRS, se comparado com o período PRÉ IFRS, há relação de GR e reconhecimento de AFD. No período INT, comparativamente ao período anterior que é o Pré IFRS (que é a base, está fora do modelo de estimação), há uma interferência menor, ou seja, há uma relação menor entre GR e reconhecimento de AFD, mas não significativa estatisticamente. No entanto, no período Pós IFRS é significativa para os AFD Totais a 10%, e para os AFD DT ao nível de 5%.

Ou seja, pelo coeficiente do período Pré (0,58301) tem-se que a medida que aumenta o resíduo de Jones também aumenta o índice AFD DT. Isso ocorre também no período intermediário, mas a diferença é menor. Já no período Pós, o coeficiente é negativo, ou seja, tem diminuição da relação à medida que aumenta o resíduo do Jones, diminui o índice dos AFD DT.

Em suma, os dados mostram que a sensibilidade dos AFD aos *accruals* (GR) é menor no período intermediário e período pós IFRS. No entanto, no período Pós é estatisticamente significativo. Assim, diminuindo a sensibilidade, a relação de GR com reconhecimento de AFD DT diminui. Esse fato pode estar relacionado com a mudança institucional, ou seja, a adoção das normas internacionais de contabilidade.

Além disso, as variáveis de controle LC e ROE apresentaram uma relação significativa. Na LC a relação de significância é negativa ao nível de 5% nos AFD Totais e nos AFD DT. Já no PF o nível é de apenas 10%, ou seja, estatisticamente não tem significância. Isso significa que a tendência das empresas em reconhecerem mais AFD, especificamente AFD DT, ocorre quando a sua LC é menor. Isso ocorre também com LG, IMOB e INTANG, só que estatisticamente não é significativo.

Já quanto a variável ROE, a relação de significância é positiva ao nível de 0,1%, quanto maior o retorno sobre o patrimônio líquido, maior é o nível de reconhecimento dos AFDs, em especial nos AFD DT. Isso significa que há uma tendência das empresas com mais gerenciamento de resultado reconhecerem mais AFD, mais especificamente AFD DT. No entanto, no período Pós IFRS esta prática diminuiu. Este resultado vai contra estudos anteriores, que descrevem que quanto menor o ROE, maior o nível de reconhecimento de AFD.

Analisando os modelos, GEE e GEE com interações, percebe-se indícios de que a propensão a reconhecer os AFD é influenciada pelos níveis de gerenciamento de resultado das empresas, e o nível de tal influência foi afetado pela adoção dos IFRS.

Ainda, como robustez, os modelos GEE e GEE com interações foram estimados substituindo-se a variável END (endividamento) pela variável ALAV (alavancagem). Os resultados estão no Apêndice B, C, D e E. Percebe-se nas Tabelas dos respectivos Apêndices que substituindo a variável END por ALAV, os resultados não foram alterados em termos de significância estatística e direção do sinal das variáveis dependentes principais. Desta forma, a análise não ficou prejudicada pela escolha da variável END.

4.5 Resumo das Hipóteses e Resultados

Considerando os resultados encontrados e descritos anteriormente, essa pesquisa leva à aceitação das hipóteses, uma vez que os achados mostraram indicações favoráveis às hipóteses teóricas. Com base nisso, essa tese apresentou achados que respondem ao problema de pesquisa. Em síntese, o impacto da adoção das IFRS no reconhecimento de ativos fiscais diferidos como

prática de gerenciamento de resultados em empresas brasileiras de capital aberto integrantes do Ibovespa foi:

- a) A natureza dos eventos que geram o reconhecimento dos AFD originados pelas diferenças temporárias foi alterada no período Pós IFRS.
- b) Ocorreu um aumento no reconhecimento dos AFD após a adoção das IFRS, o que pode estar relacionado à mudança institucional.
- c) O impacto do GR sobre o reconhecimento dos AFD diminuiu no período Pós IFRS.
- d) Os índices LC e ROE explicam a relação de GR com reconhecimento de AFD no período Pós IFRS.

Em suma, com os resultados desse estudo foi possível responder ao problema de pesquisa e confirmar a tese proposta.

Quadro 4 - Resumo e conclusões para os resultados da pesquisa

Hipóteses	Conclusões
H1: O RAFD está relacionado com a natureza dos AFD	Não rejeitar
H2: O RAFD está relacionado com a mudança institucional	Não rejeitar
H3: O RAFD está relacionado com GR	Não rejeitar
H4a: O RAFD está relacionado com a alavancagem	Rejeitar
H4b: O RAFD está relacionado com a liquidez corrente	Não rejeitar
H4c: O RAFD está relacionado com liquidez geral	Rejeitar
H4d: O RAFD está relacionado com o imobilizado	Rejeitar
H4e: O RAFD está relacionado com o intangível	Rejeitar
H4f : O RAFD está relacionado com endividamento	Rejeitar
H4g: O RAFD está relacionado com o tamanho	Rejeitar
H4i - O RAFD está relacionado com o retorno do patrimônio líquido	Não rejeitar

Fonte: Elaborado pela autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manipulação dos resultados e escândalos contábeis têm chamado atenção dos usuários das informações contábil-financeiras, pesquisadores e organismos reguladores. Igualmente, aumentaram as pesquisas investigando o uso das discricionariedades nas escolhas contábeis e as consequências da adoção das IFRS nesse uso de discricionariedades.

Nesse cenário, chamam a atenção os estudos que utilizam métricas de gerenciamento de resultados. Em vista disso, esse estudo teve como proposição de que a adoção das IFRS diminuiu a relação entre o reconhecimento de ativos fiscais diferidos (os quais se originam dos prejuízos fiscais e de diferenças temporárias) com a prática de gerenciamento de resultado. Encontram-se na literatura estudos que sugerem que as empresas utilizam a prática de reconhecimento de ativos fiscais diferidos para gerenciamento dos seus resultados (COVARSI; RAMÍREZ, 2003; GORDON; JOOS, 2004; KRONBAUER; ALVES, 2008; OLIVEIRA; ALMEIDA; LEMES, 2008; KRONBAUER *et al.*, 2010; ROJAS *et al.*, 2010; ANCELES, 2012).

A premissa teórica do presente estudo está na Teoria Institucional, instituições aqui entendidas como as regras formais que influenciam o comportamento da economia. A mudança institucional com a adoção das IFRS ocorreu no Brasil em 2008, no entanto alguns CPCs foram exigidos somente a partir de 2010. Nesse contexto, nesse estudo objetivou-se analisar o impacto da adoção das IFRS no reconhecimento de ativos fiscais diferidos como prática de gerenciamento de resultados em empresas brasileiras do Ibovespa. O interesse principal do estudo foi confirmar se a mudança institucional (as normas contábeis) ocasionou mudanças na prática contábil, e se essas mudanças interferiram no reconhecimento dos ativos fiscais diferidos (os quais são regulados pela NBC TG 32 (R4) –Tributos sobre Lucros), que se constituiu em prática de gerenciamento de resultados nas empresas do Ibovespa.

Inicialmente procedeu-se a coleta dos dados sobre os ativos fiscais diferidos nas notas explicativas das companhias pertencentes à amostra para verificar sua natureza. Observou-se que além dos prejuízos fiscais, 137 denominações distintas geraram AFD com base em diferenças temporárias. Percebeu-se a falta de uniformidade nas publicações, assim como uma mudança durante o processo de adoção das normas internacionais de contabilidade. Ainda, o número de eventos que geraram o reconhecimento de AFD por diferenças temporárias é muito maior no período pós IFRS, tendo um aumento de 145,1% (51 itens para 125 itens), por conseguinte também acarretou aumento nos montantes reconhecidos.

Esse resultado sugere que a mudança institucional tenha influenciado na mudança na prática contábil das empresas. Adicionalmente, na análise descritiva percebeu-se um crescimento considerável no desvio padrão dos AFDs no período pós IFRS, o que sugere que as empresas da amostra podem estar reconhecendo mais AFD. Estes resultados permitem a não rejeição as hipóteses H1 – que a adoção das IFRS modifica a natureza dos AFDs reconhecidos, e H2 – que a adoção das IFRS acarreta aumento no reconhecimento dos AFD.

Na sequência verificou-se a existência de correlação entre as variáveis do modelo, excluindo a variável alavancagem, pois representa o mesmo constructo da variável endividamento (correspondente ao nível de capital de terceiros das empresas analisadas). Pode observar-se que não ocorreu problema de multicolinearidade entre as variáveis desta pesquisa, pois ficaram dentro do nível de correlação aceitável (abaixo de 0,8).

Após, prosseguiu-se com a análise multivariada, com a estimação de modelos de dados em painel com efeitos fixos tendo os residuais do modelo de Jones modificado como variável de interesse principal, e após, para robustez, tendo os residuais do modelo de Jones. Constatou-se que nenhuma das variáveis de interesse (*Residuals_Modified_Jones_Model*, INT_IFRS ou POS_IFRS, ou Jones) apresentou significância estatística a pelo menos 5%, de modo que a variação do gerenciamento de resultado (medido pelos resíduos de Jones modificado e Jones) não explica a variação dos ativos fiscais diferidos medidos por AFD Total, PF ou AFD DT. Após, realizou-se a estimação de modelos de dados em painel por meio de *Generalized Estimating Equations* (GEE) tendo os residuais do modelo de Jones modificado como variável de interesse principal e posteriormente o modelo de Jones, no entanto as variáveis de interesse não tiveram poder explicativo estatisticamente significativo.

Nesse sentido, na busca por um modelo com maior poder explicativo, buscou-se estimar os modelos por meio do método GEE interações. Inicialmente com o modelo Jones modificado e em seguida para robustez, pelo Jones como variável de interesse principal. O resultado do efeito de GEE interação foi significativo a 10% no período Pré e Pós IFRS nos AFD DT no modelo Jones modificado e ao nível de 5% no modelo Jones. Os resultados apontam que no período pós IFRS houve diminuição da relação à medida que aumenta o resíduo do Jones, diminui o índice dos AFD DT. Ou seja, a sensibilidade dos AFD ao GR é menor no período intermediário e pós IFRS, no entanto, no período pós é estatisticamente significativo. Este resultado pode estar relacionado com a mudança institucional (adoção das normas internacionais de contabilidade). Assim, confirma-se H3, de que após a adoção das IFRS diminui o impacto do GR sobre AFD.

Adicionalmente, verificou-se uma tendência das empresas em reconhecerem mais AFD, especificamente AFD DT, o que ocorre quando a sua LC é menor. Já quanto maior o retorno sobre o patrimônio líquido, maior é o nível de reconhecimento dos AFDs, em especial nos AFD DT. Ou seja, há uma tendência das empresas com mais gerenciamento de resultado reconhecerem mais AFD, mais especificamente AFD DT. Todavia, no período Pós IFRS esta prática diminuiu. Desse modo confirmam-se H4b e H4i.

Em síntese, a tese se explica pela Teoria Institucional, pois houve uma mudança institucional, a adoção das IFRS, e essa mudança institucional evidencia que a sensibilidade dos AFDs ao GR é menor. Ele continua existindo, no entanto, a sensibilidade é menor no período Pós IFRS. Ainda, no período pós IFRS mais AFD DT foram reconhecidos se comparado com os períodos anteriores.

Apesar dos resultados encontrados, a pesquisa possui limitações, tais como: as bases de dados do Brasil utilizada para o estudo, a coleta nas notas explicativas, os modelos de GR utilizados. Como sugestão para estudos futuros, sugere-se pesquisas futuras qualitativas sobre diferentes tipos de diferenças temporárias, criação de índices/indicadores que agrupem as diversas diferenças temporárias, para analisar, por exemplo algumas que são induzidas por regras tributárias. Também, sugere-se estudos *cross country* que comparem as empresas brasileiras a outras que adotaram os IFRS mais ou menos ao mesmo tempo, mas com diferentes legislações tributárias, por exemplo. Além disso, sugere-se também outros modelos de *earnings managemnt*, tipo KS.

REFERÊNCIAS

- AHMED, A. S.; NEEL, M.; WANG, D. Does Mandatory Adoption of IFRS Improve Accounting Quality? Preliminary Evidence. **Contemporary Accounting Research**, v. 30, n. 4, 2013.
- ALALI, F. A.; FOOTE, P. S. The value relevance of international financial reporting standards: empirical evidence in an emerging market. **The International Journal of Accounting**, [S. l.], v. 47, p. 85-108, 2012.
- ALM, J.; KIRCHLER, E.; MUEHLBACHER, S. Combining psychology and economics in the analysis of compliance: from enforcement to cooperation. **Economic Analysis and Policy**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 133-151, 2012.
- ALMEIDA, N. S.; LEMES, S. Evidências do entendimento de quatro pronunciamentos contábeis por auditores independentes do Brasil. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 83-105, 2013.
- ANCELES, E. K. **Fatores explicativos do reconhecimento de ativos fiscais recuperáveis, diferidos e litigiosos**: um estudo em empresas do ramo de agronegócios. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- ARMSTRONG, C.S.; BARTH, M.E.; JAGOLINZER, A.D.; RIEDL, E. J. Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe. **The Accounting Review**, v. 85, n. 1, p.31-61, 2010.
- BAUMAN, M.; SHAW, K. Balance Sheet Classification and the Valuation of Deferred Taxes. **Research in Accounting Regulation**, v. 28, n. 2, p. 77-85, 2016.
- BELL, S. Do we really need a new ‘constructivist institutionalism’ to explain institutional change? **British Journal of Political Science**, [S. l.], v. 41, n. 4, p. 883-906, 2011.
- BERGMAN, M. S. Who pays for social policy? a study on taxes and trust. **The Journal of Social Policy**, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 289-305, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília: Congresso Nacional, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm. Acesso em: 29 jan. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; [...]. Brasília: Congresso Nacional, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm. Acesso em: 29 jan. 2019.

- BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D. Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. **Journal of Accounting and Economics**, [S. l.], v. 42, n. 1-2, p. 107-148, 2006.
- BYARD, D.; LI, Y.; YU, Y. The effect of mandatory IFRS adoption on financial analysts' information environment. **Journal of Accounting Research**, v. 49, n. 1, p. 69-96, 2011.
- CHAO, C.; KELSEY, R. L.; HORNG, S.; CHIU, C. Evidence of earnings management from the measurement of the deferred tax allowance account. **The Engineering Economist**, [S. l.], v. 49, p. 63-93, 2004.
- CHRISTENSEN, H. B.; HAIL, L.; LEUZ, C. Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement. **Journal of Accounting and Economics**, [S. l.], v. 56, p. 147-177, 2013.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação CVM nº 599/09, de 15 de setembro de 2009**. Rio de Janeiro: [CVM], 2009. Disponível em: http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=%5Cdeli%5Cdeli599.doc. Acesso em: 16 jul. 2017.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro**. Brasília: [CPC], 2009. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_32.pdf. Acesso em: 10 jul. 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.374/11- NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Brasília: [CPC], 2011. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2011/001374. Acesso em: 12 set. 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBCTG 32 R4 – Tributos sobre o lucro**. (2017). Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG32\(R4\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG32(R4).pdf). Acesso em: 02 jan. 2019.
- COSTA, N. S.; SANTOS, M. O.; CARVALHO, C. P. O.; ASSUNCAO, M. L.; FERREIRA, H. S. Prevalence and factors associated with food insecurity in the context of the economic crisis in Brazil. **Current Developments in Nutrition**, [S. l.], v. 1, n. 10, p., 2017.
- COVARSÍ, M. G. A.; RAMÍREZ, C. Z. Análisis de dos factores determinantes en el reconocimiento de créditos por pérdidas fiscales en las empresas españolas. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, [S. l.], v. 32, n. 117, p. 395-429, 2003.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.
- DECHOW, P. M.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 344-401, 2010.
- DECHOW, P. M.; HUTTON, A. P.; KIM, J. H.; SLOAN, R. G. Detecting earnings management: a new approach. *In: THE JOURNAL OF ACCOUNTING RESEARCH CONFERENCE, 2011, Chicago. Anais [...]*. Chicago Booth: Chicago, 2011.

DIMITROPOULOS, P. E.; ASTERIOU, D.; KOUSENIDIS, D.; LEVENTIS, S. The impact of IFRS on accounting quality: evidence from Greece. **Advances in Accounting**, incorporating **Advances of International Accounting**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 108-123, 2013.

DOMINGOS, S.; LIMA, S.; PONTE, V. Income smoothing: um estudo após a adoção do IFRS no Brasil. **CONTEXTUS - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 181-199, 2013.

DONOHUE, M. P. Financial derivatives in corporate tax avoidance: a conceptual perspective. **Journal of the American Taxation Association**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 37-68, 2015.

FASB. **Statement of Financial Accounting Concepts No. 1 – SFAC 1**. Objectives of financial reporting by business enterprises. [S. l.]: FASB, 2008a. Disponível em: http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220132541&acceptedDisclaimer=true. Acesso em: 15 set. 2016.

FASB. **Statement of Financial Accounting Concepts No. 2 – SFAC 2**. Qualitative characteristics of accounting information. [S. l.]: FASB, 2008b. Disponível em: <http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs&blobkey=id&blobwhere=1175820900526&blobheader=application%2Fpdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

FERNÁNDEZ, R. E.; MARTÍNES, A. A.; ÁLVAREZ, G. S. Contabilidad versus fiscalidad: situación actual y perspectivas de futuro en el marco del libro blanco de la contabilidad. **Documentos - Instituto de Estudios Fiscales**, [S. l.], n. 2, p. 1-26, 2003.

FIELDS, T.; LYS, T.; VICENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, [S. l.], v. 31, n. 1-3, p. 255-307, 2001.

FRANÇA, J. A. de; SOUZA, G. H. E.; SANDOVAL, W. S. O impacto do crédito tributário diferido no patrimônio líquido dos bancos no Brasil: um estudo da causalidade das variações do ativo fiscal diferido nas variações do patrimônio líquido. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 15., 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2015.

GALLANI, S.; WOOLDRIDGE, J. M. Applications of fractional response model to the study of bounded dependent variables in accounting research. **Harvard Business School Working Paper**, v. 16–016, p. 1–57, 2015.

GOMES, S. T. **Incentivos fiscais para a manipulação de resultados**: reporte fiscal de prejuízos. 2015. 56 f. Dissertação (Mestrado em Auditoria e Fiscalidade) – Programa de Pós-Graduação em Auditoria e Fiscalidade, Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal, 2015. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19279/1/TFM_MAF_Sara%20Gomes.pdf. Acesso em: 12 set. 2017.

GORDON, E. A.; JOOS, P. R. Unrecognized deferred taxes: evidence from the U. K. **The Accounting Review**, [S. l.], v. 79, n. 1, p. 97-124, jan. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.2308/accr.2004.79.1.97>

- GRAHAM, J. R.; RAEDY, J. S.; SHACKELFORD, D. A. Research in Accounting for Income Taxes. **Journal of Accounting and Economics**, [S. l.], v. 53, n. 1, p. 412-434, 2012.
- GRECCO, M. C.; GERON, C. M. S.; GRECCO, G. B.; LIMA, J. P. C. The effect of IFRS on earnings management in Brazilian non-financial public companies. **Emerging Markets Review**, v. 21, p. 42-66, 2014.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. São Paulo: Bookman, 2011.
- GUPTA, S. Determinants of choice between partial and comprehensive income tax allocation: the case of the domestic international sales corporation. **The Accounting Review**, [S. l.], v. 70, n. 3, p. 489-511, jul. 1995.
- HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. **Accounting Horizons**, [S. l.], v. 13, p. 365-383, 1999.
- HOUQE, M. N. H.; ZIJL, T. V.; DUNSTAN, K.; KARIM, A. K. M. W. The effect of IFRS adoption and investor protection on earnings quality around the world. **The International Journal of Accounting**, [S. l.], v. 47, p. 333-355, 2012.
- IATRIDIS, G. International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information. **International Review of Financial Analysis**, [S. l.], v. 19, p. 193-204, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- JEANJEAN, T., STOLOWY, H., “Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption.” **Journal of Accounting and Public Policy** v. 27, p. 480–494, 2008.
- JOIA, R. M.; NAKAO, S. H. Adoção de IFRS e gerenciamento de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 22-38, 2014.
- JONES, Jennifer J. Earnings Management during Import Relief Investigations. **Journal of Accounting Research**, v. 2, p. 193-228, 1991.
- KANG, S. H.; SIVARAMAKRISHNAN, K. Issues in testing earnings management and an instrumental variable approach. **Journal of Accounting Research**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 353-367, 1995.
- KRONBAUER, C. A.; ALVES, T. W. Fatores determinantes no reconhecimento de ativos fiscais diferidos numa amostra de empresas do Ibovespa no período de 2003/2005. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: EnAnpad, 2008. CD-ROM.
- KRONBAUER, C. A.; ANCELES, E. K.; ALVES, T. W.; THOMAZ, J. L. P. Fatores explicativos do reconhecimento de ativos fiscais: evidências no setor de agronegócio. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 8., 2014. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpcont, 2014.

KRONBAUER, C. A.; ROJAS, J. M.; SOUZA, M. A. Tratamento contábil dos tributos sobre o lucro: um estudo comparativo entre as normas brasileiras da CVM e do CFC e a norma internacional de contabilidade N° 12 do IASB. **RIC - Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 3, n. 1, p. 58-88, 2009.

KRONBAUER, C. A.; ROJAS, J. M.; SOUZA, M. A.; OTT, E. Evidencia de utilización oportunista de normas contables en el reconocimiento de pasivos fiscales diferidos en empresas brasileñas y españolas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 16, p. 39-51, 2012.

KRONBAUER, C. A.; SOUZA, M. A.; ALVES, T. W.; ROJAS, J. M. Fatores determinantes do reconhecimento de ativos fiscais diferidos. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 6, n. 4, p. 68-88, out./dez. 2010.

LI, S. Does mandatory adoption of international financial reporting standards in the European Union reduce the cost of equity capital? **The Accounting Review**, [S. l.], v. 85, n. 2, p. 607-636, 2010.

LI, J.; MOY, J.; LAM, K.; CHU, C. W. L. Institutional pillars and corruption at the societal level. **Journal of Business Ethics**, [S. l.], v. 83, n. 2, p. 327-339, 2008.

LISOWSKY, P. Seeking shelter: Empirically modeling tax shelters using financial statement information. **The Accounting Review**, v. 85, n. 5, p. 1693-1720, 2010.

LYU, C.; YUEN, D. C. Y.; ZHANG, N. The Impact of IFRS Adoption on Real Activities Manipulation: Evidence from China. **Journal of Applied Management Accounting Research**, v. 12, n. 2, 2014.

MACAGNAM, C. B. Teoría institucional: escrito teórico sobre los protagonistas de la escuela institucionalista de economía. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 130-141, 2013.

MACÍAS, M.; MUIÑO, F. Examining dual accounting systems in Europe. **The International Journal of Accounting**, v. 46, p. 51-78, 2011.

MADEIRA, F. L. **Características dos tributos diferidos nas companhias abertas brasileiras após a adoção das IFRS**. 2015. X f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARTINEZ, A. L. Análise da surpresa dos analistas ao anúncio dos resultados contábeis: evidências empíricas para as companhias abertas brasileiras. *In*: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2006, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2004. CD-ROM.

MARTINEZ, A. L. Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 7-17, jan./abr., 2008.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis**: estudo das companhias abertas brasileiras. 2001. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14052002-110538/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MARTINEZ, A. L.; RONCONI, L. B. Conteúdo informativo do lucro tributável em relação ao lucro contábil no Brasil – antes e após o regime de transição tributária (RTT). **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 35-56, 2015.

MARTINEZ, A. L.; RONCONI, L. B. The informativeness of taxable income and book income before and after the adoption of IFRS in Brazil. **Business Management Dynamics**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 51-63, 2013.

MAYORAL, J. M.; SEGURA, A. S. Compensación fiscal de pérdidas: determinantes de su activación, impacto en las cuentas anuales y aprovechamiento de los créditos. **Revista de Contabilidad**, v. 17, n. 1, p. 17-29, 2014.

MILLER, G. S.; SKINNER, D. J. Determinants of the valuation allowance for deferred tax assets under SFAS n.º 109. **The Accounting Review**, [S. l.], v. 73, n. 2, p. 213-233, 1998.

MODIGLIANI, F; MILLER, M. H. Corporate income taxes and the cost of capital: a correction. **American Economic Review**, [S. l.], v. 53, n. 3, p. 433-443, 1963.

NORTH, D. **Desempeño Económico en el Transcurso de Los Años**. Estocolmo: Conferência realizada no Prêmio Nobel de Economia, 1993.

NORTH, D. **Instituciones, cambio institucional y desempeño edonómico**. México: Foundo de Cultura Económica, 1995.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University, 1990.

NOURI, Y.; ABAOUB, E. Accounting manipulations and IFRS: evidence from French companies. **International Journal of Economics and Finance**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 229 - 244, 2014.

OLIVEIRA, V. A.; ALMEIDA, L. C. F.; LEMES, S. Gerenciamento de resultados contábeis por meio de ativos fiscais diferidos. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v.11, n. 1-2, p.153-169, 2008.

PAPKE, L. E.; WOOLDRIDGE, J. M. Panel data methods for fractional response variables with an application to test pass rates. **Journal of Econometrics**, v. 145, n. 1-2, p. 121-133, Jul. 2008.

- PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados.** 2007. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PAULO, E.; MARTINS, E.; CORRAR, L. J. Detecção do gerenciamento de resultados pela análise do diferimento tributário. **RAE Revista de Administração de Empresas.** v.47, p.46 - 59, 2007.
- RAMÍREZ, C. Z.; ROJAS, J. M.; TORRES, J. A. R. Contabilidad del impuesto sobre beneficios y resultado global: relevancia valorativa en el Mercado financiero español. **Revista de Contabilidad – Spanish Accounting Review**, [S. l.], v. 17, p. 2, p. 174-182, 2014.
- RODRÍGUEZ, E. F.; ARIAS, A. M. La discrecionalidad en las diferencias temporarias entre Contabilidad y Fiscalidad. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 44, n. 2, p. 180–207, 2015.
- ROJAS, J. M.; HERRERA, D. L.; KRONBAUER, C. A.; SOUZA, M.A. La activación de las diferencias temporales positivas en empresas cotizadas españolas: un estudio empírico. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 3-15, jan./abr. 2010.
- SCHIPPER, K. Earnings management. **Accounting Horizons**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 91-102, 1989.
- SCHRAND, C.; WONG, M. H. F. **Earnings Management Using the Valuation Allowance for Deferred Tax Assets under SFAS 109.** [S. l.]: The Wharton School, 2003.
- SCHUH, C.; RIBEIRO, S. P.; SIMON, D. S.; KRONBAUER, C. A. Fatores Influenciadores do Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos em Empresas do Ibovespa. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 14, n. 1, p. 29-49, 2018.
- SIMON, M. L. A. **Política de Dividendos no Brasil: As instituições financeiras são diferentes?** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- SODERSTROM, N. S.; SUN, K. J. IFRS adoption and accounting quality: a review. **The European Accounting Review**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 675-702, 2007.
- SOUSA, A. S. N. **Serão os impostos um incentivo à manipulação dos resultados? Estudo das empresas ibéricas.** Dissertação submetida ao Instituto Politécnico de Coimbra Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2017.
- STATA CORP. **Stata Statistical Software: Release 14.** College Station, TX: StataCorp LP
- TÜREL, A. The value relevance of IFRS: the case of Turkey. **Acta Universitatis Danubius (Economica)**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 119-128, 2009.
- WILSON, R. J. An examination of corporate tax shelter participants. **The Accounting Review**, [S. l.], v. 84, n. 3, p. 969-999, 2009.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria**: Uma abordagem moderna. Pioneira Thomson Learning, 2010.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução a econometria**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

YIP, R. W. I.; YOUNG, D. Does mandatory IFRS adoption improve information comparability? **The Accounting Review**, [S. l.], v. 87, n. 5, p. 1767-1789, 2012.

APÊNDICE A – Amostra da Pesquisa

ACESITA	EMBRAER	PDG REALT
AMBEV S/A	EMBRATEL PAR	PETROBRAS
ANHANGUERA	ENERGIAS BR	PETROBRAS BR
ARACRUZ	ESTACIO PART	PORTX
B2W DIGITAL	EVEN	QUALICORP
BR MALLS PAR	FIBRIA	RAIADROGASIL
BR PROPERT	GAFISA	ROSSI RESID
BRADSPAR	GERDAU	SABESP
BRASIL T PAR	GERDAU MET	SADIA S/A
BRASKEM	GOL	SMILES
BRF SA	HYPERA	SOUZA CRUZ
BROOKFIELD	IPIRANGA PET	SUZANO PAPEL
CCR SA	JBS	TAESA
CEMIG	KLABIN S/A	TAM S/A
CESP	KROTON	TELEF BRASIL
CIA HERING	LIGHT S/A	TELEMAR
CIELO	LOCALIZA	TELEMAR N L
COMPANHIA SID.NAC	LOJAS AMERIC	TELEMIG PART
COPEL	LOJAS RENNER	TERRA SANTA
COSAN	MARCOPOLO	TIM PART S/A
CPFL ENERGIA	MARFRIG	TRAN PAULIST
CYRELA REALT	MRV	ULTRAPAR
DASA	MULTIPLAN	USIMINAS
DURATEX	NATURA	V C P
ECORODOVIAS	NET	VALE
ELETROBRAS	OI	VIVO
ELETROPAULO	P.ACUCAR-CBD	WEG

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE B – Ativos fiscais diferidos: natureza e médias no período analisado

(continua)

Nº	Períodos de Implantação do IFRS	Pré	Intermed.	Pós
Item	Natureza dos AFDs - Prejuízos Fiscais	Média Pré	Média Int	Média Pos
1	Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (R\$ mil)	91.493	210.042	431.210
Item	Natureza dos AFDs: diferenças temporárias - Valores em R\$ mil	Média Pré	Média Int	Média Pos
1	Ágio amortizado	12.791	10.880	4.522
2	Ágio na Aquisição de Investimento	0	4.387	4.526
3	Ágio Rentabilidade Futura - Incorporações	4.518	2.183	2.059
4	Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	1.602	1.606	817
5	Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	0	0	10
6	Ajuste a valor presente créditos e obrigações	243	257	1.188
7	Ajuste a vlr de mercado dos tít. disponível p venda	0	0	9
8	Ajuste da Lei no 11.638/07 IFRS	1.744	8.040	15.585
9	Ajuste regime tributário de transição - RTT	0	1.493	2.324
10	Ajustes patrim. negativos de planos de benefícios	0	0	466
11	Amortização / Depreciação Mais Valia (agio)/ diferença tx deprec.	1.388	3.335	1.941
12	Amortização do direito de concessão	0	0	486
13	Aplicação financeira	0	0	124
14	Ativo intangível	0	374	79
15	Atualização de Desimobilização	0	0	3
16	Baixa do diferido	0	0	277
17	Benefício fiscal de ágios incorporados/Cvm 319/99	15.612	36.491	44.973
18	Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes	0	0	357
19	Benefício/Obrigações Pós-Emprego	635	1.110	21.400
20	Benefícios a empregados	549	18.212	28.626
21	Cessão de crédito	0	0	6
22	Combinação de negócios	0	0	3.057
23	Concessão Onerosa	0	0	643
24	Constituição da provisão de manutenção	0	0	894
25	Constituição de provisão de manutenção	0	0	1.194
26	Conta corrente regulatória	0	0	456
27	Conta de Compens. da Variação de itens da Parcela "A" (CVA)	0	0	423
28	Contas a pagar - variação cambial	306	6.547	21.240
29	Contas a receber	0	314	829
30	Contratos de concessão	0	45	498
31	Créditos Tributários com Reestruturação Societária/Combinação de negócios	803	16.944	16.495
32	Créditos tributários no exterior	0	38	612
33	Custo com prospecção e desmantelamento de áreas	0	0	7.624
34	Custo da transação na emissão de títulos	0	0	8
35	CVA passiva	508	165	0
36	Demeed Cost (Custo estimado)	0	0	6

(continua)

Nº	Períodos de Implantação do IFRS	Pré	Intermed.	Pós
37	Deprec.de obras realizadas na prov. de manutenção	0	0	1.376
38	Depreciação de obras registradas no custo	0	0	637
39	Despesas gerais e administrativas - pré operacional	0	0	338
40	Dif. de lucro nas ativ. imobiliárias-lucro presumido	15	34	13
41	Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - RET	0	0	16
42	Diferenças temporárias - Lei 12.973/14	0	0	3.361
43	Diferido gasto com a emissão de ações	0	9.300	1.762
44	Diferimento do resultado nos contratos de derivativos	0	0	1.195
45	Efeito de variação cambial diferida	0	0	20.912
46	Empréstimo	0	1.565	52.124
47	Entidade de previdência privada	0	219	101
48	Reserva de Reavaliação	0	0	2
49	Estorno de ativos e passivos regulatórios (IFRS/CPC)	0	1.480	574
50	Ganho ou perda na conversão	0	0	299
51	Ganhos em oper. de hedge capitalizados/ Prov.de hedge	859	530	37
52	Ganhos ou perdas atuariais (IFRS/CPC)	3.747	7.659	16.150
53	Instrumentos Financeiros	0	1.859	7.910
54	Investimentos	0	69	0
55	Investimentos em controladas (CPC-18)	0	0	146
56	Juros adesão REFIS	0	0	172
57	Juros e depreciação de leasing	0	0	1.032
58	Juros sobre capital próprio	3.221	2.901	3.770
59	Linearização	0	0	172
60	Lucro não realizado nas vendas da Controladora para suas subsidiárias	7.181	14.918	281
61	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	51
62	Operações de swap não liquidados	530	179	981
63	Outras despesas não dedutíveis	559	1.005	0
64	Outras diferenças temporárias	60.354	57.466	166.523
65	Outras provisões	32.445	66.763	316.299
66	Outros ajustes transição práticas contábeis(IFRS/CPC)	0	0	1.624
67	Passivo Atuarial	0	0	207
68	Parcelamento de impostos não homologados	0	0	5
69	Participação de empregados no resultado	2.184	6.830	145.630
70	Perdas com operação de swap	565	50	59
71	Perdas em operações com derivativos	0	2.437	66
72	Perdas não realizadas de derivativos	40	1.644	2.865
73	Plano de ações restritas	0	0	11
74	Plano de incentivo de longo prazo	0	0	52
75	Plano de opções de ações	0	0	854
76	Plano de pensão	39.657	9.732	16.967
77	Planos previdenciário e assistencial	2.024	1.684	1.387
78	Previsão para manutenção de equipamentos	30	0	0
79	Propriedade para Investimentos	0	0	574

(continua)

Nº	Períodos de Implantação do IFRS	Pré	Intermed.	Pós
80	Provisão p desvalorização de títulos e investimentos	0	2	2
81	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.817	24.657	33.114
82	Provisão para desp. com taxa de manutenção de TAG'S	0	8	3
83	Provisão para perdas na realização de adiant. a fornec.	0	62	33
84	Provisão para realização/não realização de créd. Tribut.	0	0	277
85	Provisão para realização/não realização de créditos tribut.	5.184	7.835	1.921
86	Provisão para perda por redução ao vlr recuperável de emprést. e adiantamentos	0	0	2.377
87	Provisão p riscos tribut., cíveis e trabalhistas, ambientais	14.244	15.603	127.170
88	Provisão para redução ao vlr recup.de ativos/Impairment	0	0	11.684
89	Provisão PASEP/COFINS–Recomp.Tarif.Extraordinária	350	26	0
90	Provisão Perda Imobilizado	818	106	404
91	Provisão Contas a pagar	279	0	2.369
92	Provisão de consultoria fiscal	0	1	0
93	Provisão de indenização contratual	0	129	20
94	Provisão energia livre	0	69	278
95	Provisão Finan	209	49	13
96	Provisão para comissões sobre empréstimos	0	35	8
97	Provisão para compra de energia	0	0	1.379
98	Provisão para contingências	40.448	62.757	346.742
99	Provisão para Crédito de Carbono	0	0	16
100	Provisão para despesas de marketing e vendas	690	0	0
101	Provisão para despesas diversas	308	440	11.952
102	Provisão para efeitos de encargos da rede	43	85	21
103	Provisão para férias diretoria	0	0	19
104	Provisão para fretes e comissões s/ vendas	0	50	0
105	Provisão para Gastos com Integração (fusão)/reorganização societaria	0	0	20
106	Provisão para honorários advocatícios	0	82	15
107	Provisão para não realização de impostos	0	0	92
108	Provisão para P&D e PEE	1.812	1.867	1.991
109	Provisão para passivo regulatório	40	601	14
110	Provisão para PDV e bônus gerencial	0	48	0
111	Provisão para perda nos estoques	791	1.277	8.021
112	Provisão para perdas - devedores diversos	52	2.846	2.267
113	Provisão para perdas com gastos diferidos	85	26	0
114	Provisão para Perdas na Realização de Valores na Recomp. Tarif.Extraord.	381	0	0
115	Provisão para reestruturação	235	0	0
116	Provisão para riscos	0	0	4.733
117	Provisão para seguros - Subsidiárias no exterior	0	0	455
118	Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	206	1.279	4.629
119	Provisões	7.125	6.323	8.609
120	Provisões para Imóveis/ Prov. para manutenção	11	75	78

(conclusão)

Nº	Períodos de Implantação do IFRS	Pré	Intermed.	Pós
121	Provisões para litígios	0	0	4.941
122	Provisões para perdas com equipamentos	19	16	241
123	Provisões passivas	0	5.234	3.637
124	PSDV	0	0	374
125	Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	0	0	8.687
126	Redução do valor recuperável sobre investimento em ações	0	0	6.052
127	Regras para criação de animais - Subsidiárias no exterior	0	0	184
128	Ressarcimento por indisponibilidade	0	0	80
129	Resultado não realizado nos estoques	8.116	2.292	599
130	Revisão Tarifária	0	211	47
131	Transações com pagamento baseado em ações	0	0	1
132	Tributos depósito judicial	0	0	2.641
133	Uso do bem público - CPC 25	0	0	555
134	Valor justo dos ativos biológicos	0	0	249
135	Variação cambial - tributação regime de caixa (MP no 1.858-10/99 artigo 30)	0	1.810	10.983
136	Variações cambiais	0	2.265	21.414
137	Valor justo de operações com instrum. finan. derivativos	287	458	22.768
Total da média valores de AFDs em Diferenças Temporárias		288.660	439.369	1.604.471
Total Geral dos Valores de AFDs		380.153	649.411	2.035.681

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C – Tabela GEE Jones modificado com variável ALAV

	(1) AFDTotais	(2) PF	(3) AFD DT
Residuals_Modified_Jones_Model	0.10208 (0.12298)	0.26489 (0.33143)	0.04273 (0.10001)
INT_IFRS=1	0.26175* (0.13266)	0.44106+ (0.26276)	0.16220 (0.11910)
POS_IFRS=1	0.88626 (0.54292)	1.10539* (0.54540)	0.79576 (0.59726)
ALV	0.00755 (0.01034)	0.00717 (0.02128)	0.00636 (0.00665)
LC	-0.17870* (0.07962)	-0.26610+ (0.14570)	-0.10927* (0.05444)
LG	-0.25935 (0.17841)	-0.31773 (0.33759)	-0.24696 (0.15107)
IMOB	-0.03067 (0.04270)	0.04524 (0.05456)	-0.06228 (0.04147)
INTANG	-0.03314 (0.03874)	-0.04105 (0.02735)	-0.03077 (0.04572)
TAM	0.00185 (0.07188)	0.01084 (0.11659)	-0.02656 (0.08016)
ROE	0.06762* (0.03088)	0.00344 (0.07528)	0.09461*** (0.02440)
Constant	-2.36627* (1.03144)	-4.55089* (1.93952)	-1.98249+ (1.09203)
<i>AIC</i>	.	.	.
<i>BIC</i>	.	.	.
ll			
chi2	19.223	21.839	69.339
Observações	764	764	764

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE D – Tabela GEE interação Jones modificado com variável ALAV

		(1) AFD Totais	(2) PF	(3) AFD DT
Residuals_Modified_Jones_Model		0.55176 (0.35742)	0.53486 (0.83094)	0.52882 ⁺ (0.29424)
Residuals_Modified_Jones_Model INT_IFRS	x	-0.26397 (0.28657)	-0.29249 (0.77701)	-0.19633 (0.36716)
Residuals_Modified_Jones_Model POS_IFRS	x	-0.57140 (0.41216)	-0.34876 (1.00586)	-0.61683 ⁺ (0.34422)
INT_IFRS=1		0.26077* (0.13274)	0.44539 (0.27177)	0.15896 (0.12419)
POS_IFRS=1		0.91328 ⁺ (0.55515)	1.10916* (0.54108)	0.84330 (0.60221)
ALV		0.00716 (0.01009)	0.00702 (0.02067)	0.00580 (0.00642)
LC		-0.17857* (0.07952)	-0.26361 ⁺ (0.14436)	-0.11076* (0.05510)
LG		-0.25118 (0.17665)	-0.30425 (0.32957)	-0.24276 (0.15016)
IMOB		-0.02906 (0.04227)	0.04442 (0.05326)	-0.05916 (0.04240)
INTANG		-0.03606 (0.04038)	-0.04127 (0.02753)	-0.03551 (0.04631)
TAM		0.01603 (0.07499)	0.01478 (0.12087)	-0.00725 (0.08214)
ROE		0.06960* (0.03173)	0.00328 (0.07504)	0.09814*** (0.02481)
Constant		-2.62605* (1.02724)	-4.62980* (1.88714)	-2.33556* (1.12439)
AIC		.	.	.
BIC		.	.	.
ll		.	.	.
chi2		23.710	48.911	75.099
Observações		764	764	764

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE E – Tabela GEE Jones com variável ALAV

	(1) AFD Totais	(2) PF	(3) AFD DT
Residuals_Jones_Model	0.12649 (0.13352)	0.30407 (0.36238)	0.06048 (0.11228)
INT_IFRS=0	0.00000 (.)	0.00000 (.)	0.00000 (.)
INT_IFRS=1	0.26152* (0.13247)	0.44100+ (0.26262)	0.16191 (0.11905)
POS_IFRS=0	0.00000 (.)	0.00000 (.)	0.00000 (.)
POS_IFRS=1	0.88432 (0.54326)	1.10282* (0.54669)	0.79453 (0.59774)
ALV	0.00771 (0.01039)	0.00730 (0.02144)	0.00652 (0.00665)
LC	-0.18009* (0.07964)	-0.26835+ (0.14541)	-0.11031* (0.05482)
LG	-0.25938 (0.17855)	-0.31775 (0.33804)	-0.24706 (0.15098)
IMOB	-0.03038 (0.04268)	0.04563 (0.05429)	-0.06204 (0.04155)
INTANG	-0.03304 (0.03878)	-0.04095 (0.02735)	-0.03071 (0.04576)
TAM	0.00233 (0.07202)	0.01222 (0.11725)	-0.02646 (0.08017)
ROE	0.06805* (0.03085)	0.00403 (0.07554)	0.09498*** (0.02429)
Constant	-2.37529* (1.03281)	-4.57482* (1.93735)	-1.98525+ (1.09161)
<i>AIC</i>	.	.	.
<i>BIC</i>	.	.	.
ll	.	.	.
chi2	18.806	21.455	69.992
Observações	764	764	764

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE F – Tabela GEE interação Jones com variável ALAV

	(1)	(2)	(3)
	AFD Totais	PF	AFD DT
Residuals_Jones_Model	0.46231 (0.33930)	0.30872 (0.80409)	0.53063+ (0.27329)
Residuals_Jones_Model x INT_IFRS	-0.32656 (0.23747)	-0.04480 (0.79289)	-0.45423 (0.38701)
Residuals_Jones_Model x POS_IFRS	-0.46955 (0.40612)	-0.14519 (0.94239)	-0.61484+ (0.34098)
INT_IFRS=0	0.00000 (.)	0.00000 (.)	0.00000 (.)
INT_IFRS=1	0.23171+ (0.12950)	0.37186 (0.26432)	0.15602 (0.11981)
POS_IFRS=0	0.00000 (.)	0.00000 (.)	0.00000 (.)
POS_IFRS=1	0.69960+ (0.40645)	0.90231+ (0.49343)	0.62310 (0.42684)
ALV	-0.16792 (0.11405)	-0.13073 (0.18497)	-0.17741* (0.07394)
LC	-0.16332+ (0.08400)	-0.20445 (0.13158)	-0.12000 (0.07414)
LG	-0.64305* (0.29913)	-0.64656 (0.48768)	-0.62327** (0.20968)
IMOB	-0.03363 (0.05012)	0.06653 (0.06566)	-0.07617 (0.05072)
INTANG	-0.03307 (0.03991)	-0.04347 (0.03149)	-0.03019 (0.04552)
TAM	0.00710 (0.09466)	-0.03758 (0.14417)	-0.00464 (0.10354)
ROE	-0.67017+ (0.38361)	-1.24242+ (0.64007)	-0.34725 (0.31674)
Constant	-1.19648 (1.19899)	-2.98512 (1.99879)	-0.93709 (1.30441)
<i>AIC</i>	.	.	.
<i>BIC</i>	.	.	.
ll			
chi2	22.536	59.661	25.270
Observações	764	764	764

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXO A – MÉTRICAS DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

Modelo de Jones

$$TA_{it} = \alpha_i + \beta_{1i}[\Delta REV_{it}] + \beta_{2i}PPE + \varepsilon_{it}$$

Onde:

TA_{it} = *accruals* totais da empresa i no ano t , calculados pelo enfoque do Balanço;

ΔREV = receita no ano t menos receita no ano $t-1$ para a empresa i ;

PPE_{it} = ativo imobilizado bruto no ano t para a empresa i

ε_{it} = termo de erro no t para a empresa i (*proxy* de gerenciamento)

* Todas as variáveis são divididas por ativo ($t-1$)

Modelo de Jones Modificado

$$TA_{it} = \alpha_i + \beta_{1i}[\Delta REV_{it} - \Delta REC_{it}] + \beta_{2i}PPE + \varepsilon_{it}$$

Onde:

TA_{it} = *accruals* totais da empresa i no ano t , calculados pelo enfoque do Balanço;

ΔREV = receita no ano t menos receita no ano $t-1$ para a empresa i ;

ΔREC = são as contas líquidas a receber no ano t menos as contas líquidas a receber no ano $t-1$ para a empresa i ;

PPE_{it} = ativo imobilizado bruto no ano t para a empresa i

ε_{it} = termo de erro no t para a empresa i (*proxy* de gerenciamento)

* Todas as variáveis são divididas por ativo ($t-1$)